

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

VÍTOR ALEXANDRE BERTUZZI

**A MALDIÇÃO DO PETRÓLEO NA AMÉRICA LATINA: UMA ABORDAGEM
INSTITUCIONALISTA**

Porto Alegre

2016

VÍTOR ALEXANDRE BERTUZZI

**A MALDIÇÃO DO PETRÓLEO NA AMÉRICA LATINA: UMA ABORDAGEM
INSTITUCIONALISTA**

Trabalho de conclusão de curso submetido ao
Curso de Graduação em Ciências Econômicas da
Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS
como requisito parcial para obtenção do título
Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Ivan Colangelo Salomão

Porto Alegre

2016

CIP - Catalogação na Publicação

BERTUZZI, VÍTOR ALEXANDRE

A MALDIÇÃO DO PETRÓLEO NA AMÉRICA LATINA: UMA
ABORDAGEM INSTITUCIONALISTA / VÍTOR ALEXANDRE
BERTUZZI. -- 2016.

76 f.

Orientador: IVAN COLANGELO SALOMÃO.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Econômicas,
Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Petróleo. 2. Maldição dos recursos naturais. 3.
Institucionalismo. 4. Economia Latino Americana. 5.
Economia Brasileira. I. COLANGELO SALOMÃO, IVAN,
orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

VÍTOR ALEXANDRE BERTUZZI

**A MALDIÇÃO DO PETRÓLEO NA AMÉRICA LATINA: UMA ABORDAGEM
INSITUTACIONALISTA**

Trabalho de conclusão de curso submetido ao
Curso de Graduação em Ciências Econômicas da
Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS
como requisito parcial para obtenção do título
Bacharel em Economia.

Aprovada em: Porto Alegre, ____ de ____ de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Ivan Colangelo Salomão – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Hélio Afonso Aguiar Filho
UFRGS

Prof. Dr. Marcelo Milan
UFRGS

À minha mãe,
por me incomodar
todos os dias da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Essa não é uma conquista pessoal, mas sim um resultado de diversas pessoas que me acompanharam até esse momento. Não foi fácil entrar na UFRGS e todos que acompanharam minha trajetória sabem o que significa esse trabalho para mim.

Agradeço à minha mãe, por nunca ter deixado eu me contentar com a média e sim buscar sempre a excelência, seja na vida pessoal, acadêmica ou profissional.

À minha Vó, por ter me cuidado com todo carinho e dedicação e por sempre me ajudar a alcançar meus sonhos.

Ao meu pai, por ter me ensinado que antes de eu querer mudar o mundo eu precisava arrumar meu quarto.

Ao meu irmão, por ter me ensinado o que é amor incondicional.

À Gabriela, por ter me ouvido todas as vezes que mudava de ideia do caminho que eu queria seguir, e que sempre me incentivou a seguir aquilo que me fazia bem. Tu és um exemplo para mim, muito obrigado.

Ao Carlo, por ter me incentivado a aproveitar todas as oportunidades que me apareceram desde que começamos a trabalhar juntos.

Não poderia deixar de agradecer a dois amigos que conheci ao longo desses quatro anos, e que fazem parte da minha vida acadêmica, pessoal e profissional. Leonardo e Ricardo, vocês, com certeza, fizeram diferença na minha trajetória até aqui!

A faculdade de economia ajudou a complementar todo conhecimento que pude aprender trabalhando nestes últimos 4 anos e meio. Agradeço ao Prof. Dr. Ivan Salomão, por toda a dedicação e por ter acreditado no assunto deste trabalho desde o início.

RESUMO

O presente trabalho pretende problematizar a existência da chamada maldição do petróleo no Brasil, México e Venezuela e analisar como a ela afeta o desenvolvimento da América Latina e a importância das instituições nesse processo. A revolução neoliberal da década de 90 modificou o papel da economia petrolífera em alguns países latino-americanos, como Brasil, México e Venezuela. A expectativa era, ainda que de forma lenta, que nesse processo as receitas advindas do petróleo gerassem um desenvolvimento econômico na região, diferente do ciclo anterior de exportação de minerais. Porém o que se identificou nos últimos anos, foi o contrário: ainda que haja lucros extraordinários no setor petrolífero, a América Latina continuou na condição de subdesenvolvimento. A questão a ser investigada é se há uma maldição do petróleo na América Latina. A hipótese a ser testada é se a riqueza natural depõe contra o desenvolvimento econômico e institucional.

Palavras-chave: Petróleo. A maldição dos recursos naturais. Institucionalismo. Economia Latino Americana. Economia Brasileira.

ABSTRACT

The present paper intends to discuss the existence of the so-called oil curse in Brazil, Mexico and Venezuela and to analyze how it affects the development of Latin America and the importance of the institutions in this process. The neoliberal revolution of the 90s modified the role of the oil economy in some Latin American countries, such as Brazil, Mexico and Venezuela. Despite being slowly, the expectation was that in this process the revenues from oil could generate economic development in the region, different from the previous cycle of the minerals exportation, but what has been identified in recent years, however, was the opposite: although there are extraordinary profits in the oil sector, Latin America continues to be underdeveloped. The question to be investigated is whether there is a curse on the oil in Latin America. The hypothesis to be tested is whether natural wealth jeopardizes against economic and institutional development.

Keywords: Oil. The curse of natural resources. Institucionalism. Latin America economy. Brazilian economy.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Royalties mineiros – alguns exemplos de políticas nacionais na América Latina 22

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Produção de petróleo em barril/dia na América Latina, nos países da OPEP e no Mundo (1965-2015).....	27
Gráfico 2- Renda dos maiores países produtores de petróleo da América Latina (escala da esquerda) x Preço do petróleo (escala da direita):.....	28
Gráfico 3 - Reservas de petróleo nos maiores produtores de petróleo na América Latina x índice desenvolvimento humano no ano de 2015:	29
Gráfico 4 - Receitas Governamentais em % PIB dos maiores produtores de petróleo da AL (escala da direita) x Preço do petróleo (escala da esquerda) de 1990 até 2015:.....	31
Gráfico 5 - As reservas do México em milhares de barris (escala da esquerda) e a produção de petróleo do consumo do país em barril/dia (escala da direita) - (1990 – 2015)	36
Gráfico 6 - Evolução PIB do México em Milhões de U\$ (escala da esquerda) e Variação do Preço Internacional do Barril de Petróleo em U\$ (escala da direita) - (1965-2014).....	37
Gráfico 7 - Participação do Petróleo na pauta exportadora do México (escala da esquerda) e variação do preço do petróleo (escala da direita) - (2000-2012).....	38
Gráfico 8 - As reservas do Brasil em milhares de barris (escala da esquerda) e a produção de petróleo do consumo do país em barril/dia (escala da direita) - (1990 – 2015)	42
Gráfico 9 - Evolução PIB do Brasil em Trilhões de U\$ (escala da esquerda) e Variação do Preço Internacional do Barril de Petróleo em U\$ (escala da direita) - (1965-2014)	43
Gráfico 10 - Participação do Petróleo na pauta exportadora e PIB do Brasil em % (escala da esquerda) e variação do preço do petróleo (escala da direita) (2000-2015).....	44
Gráfico 11 - As reservas da Venezuela em milhares de barris e a produção de petróleo do consumo do país em barril/dia (1990 – 2015)	48
Gráfico 12 - Evolução PIB da Venezuela em (Milhões de U\$) e Variação do Preço Internacional do Barril de Petróleo em (U\$) - (1965-2014).....	49
Gráfico 13 - Participação do Petróleo na pauta exportadora da Venezuela e variação do preço do petróleo (2000-2012).....	50
Gráfico 14 - Participação de produtos industrializados e participação das exportações de petróleo na pauta exportadora do Brasil (2000-2015)	58

Gráfico 15 - Participação de produtos industrializados e participação das exportações de petróleo na pauta exportadora do México (2000-2015)	59
Gráfico 16 - Participação de produtos industrializados e participação das exportações de petróleo na pauta exportadora da Venezuela (2000-2015).....	60
Gráfico 17 - Participação de produtos com alta tecnologia e participação das exportações de petróleo na pauta exportadora da Venezuela (2000-2013).....	61
Gráfico 18 - Participação de produtos com alta tecnologia e participação das exportações de petróleo na pauta exportadora do Brasil (2000-2013).....	62
Gráfico 19 - Participação de produtos com alta tecnologia e participação das exportações de petróleo na pauta exportadora do México (2000-2013)	63
Gráfico 20 - Evolução do índice de corrupção nos países Venezuela, México e Brasil (2000-2014).....	64
Gráfico 21 - Volatilidade das receitas do governo no Brasil e no Mundo (2000-2012)	65
Gráfico 22 - Volatilidade das receitas do governo na Venezuela e no Mundo (2000-2012)	65
Gráfico 23 - Volatilidade das receitas do governo no México e no Mundo (2000-2012).....	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Os 8 maiores produtores de petróleo da América Latina (Milhares Barris/ano).....	26
Tabela 2 - Taxa de crescimento do PIB - (1970 – 2012).....	57
Tabela 3 - Evidências dos argumentos e do problema nos países analisados	67

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. INSTITUIÇÕES, RECURSOS NATURAIS E A MALDIÇÃO DO PETRÓLEO	16
2.1. INSTITUCIONALISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	16
2.2. A GESTÃO DAS RECEITAS ADVINDAS DE RECURSOS NATURAIS E O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES	21
2.3. A MALDIÇÃO DO PETRÓLEO	25
3. O PETRÓLEO NA AMÉRICA LATINA	32
3.1. A INDÚSTRIA DO PETRÓLEO NO MÉXICO	32
3.1.1. O Papel das Instituições na Indústria do Petróleo	32
3.1.2. A Gestão das Receitas do Petróleo	34
3.1.3. A Importância do Petróleo na Economia Mexicana	35
3.2. BRASIL: O PETRÓLEO É NOSSO? DA CRIAÇÃO DA PETROBRÁS AO PRÉ-SAL.	38
3.2.1. O Papel das Instituições na Indústria do Petróleo	38
3.2.2 A Gestão das Receitas do Petróleo	41
3.2.3 A Importância do Petróleo na Economia Brasileira	42
3.3 VENEZUELA: A RIQUEZA DO PETRÓLEO.....	45
3.3.1 O Papel das Instituições na Indústria do Petróleo	45
3.3.2 A Gestão das Receitas do Petróleo	47
3.3.3 A Importância do Petróleo na Economia Venezuelana	48
4. OURO NEGRO: OPORTUNIDADE OU BARREIRA AO DESENVOLVIMENTO	51
4.1 A MALDIÇÃO DO PETRÓLEO E SUAS PRINCIPAIS CONSEQUÊNCIAS.....	51
4.2 A AMÉRICA LATINA E A MALDIÇÃO DO PETRÓLEO	57
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS	72

1. INTRODUÇÃO

A riqueza do petróleo pode melhorar a situação econômica do país, como é o caso da Noruega, bem como, tornar o país altamente dependente desse recurso, como é o caso da Venezuela, voltada para trocas comerciais. Essa é a razão por que o problema de suprimento de petróleo é uma questão de relevância geopolítica: de modo geral, trata-se de um bem não consumido nos países que o produzem. Paradoxalmente, o petróleo é a principal fonte de energia de diversos países no mundo, mas também é uma das maiores causas de conflitos, corrupção e desigualdade.

Historicamente, a América Latina esteve no papel de “periferia” no cenário econômico mundial, dentre outros motivos, por conta da exportação de matérias primas para o “centro” desenvolvido. A economia do petróleo nos países da América Latina sempre permeou, paradoxalmente, o subdesenvolvimento dos países, tendo, no final do século XX, mudado sua trajetória para um desenvolvimento de inovação e tecnologia nesse setor. A revolução neoliberal da década de 1990 modificou o papel da economia petrolífera em alguns países latino-americanos, como Brasil, México e Venezuela. A expectativa era, ainda que de forma lenta, que nesse processo as receitas advindas do petróleo gerassem um desenvolvimento econômico na região, diferente do ciclo anterior de exportação de minerais. Porém o que se identificou nos últimos anos foi o contrário: ainda que haja lucros extraordinários no setor petrolífero, a América Latina continuou na condição de subdesenvolvimento, apresentando sintomas da chamada “maldição dos recursos” ou da desindustrialização da doença holandesa. Esse problema não resolvido no continente fez com que a AL dependesse significativamente das importações e apresentasse baixos valores de independência econômica.

Ainda que países abundantes de recursos naturais sejam poderosas e ricas nações, em países com instituições fracas pode-se causar instabilidade e dependência na economia. Pela bibliografia analisada, acredita-se que recursos naturais são um problema para o desenvolvimento das economias. É nesse sentido que este trabalho busca entender se a AL é uma vítima da maldição dos recursos.

Essa teoria foi bastante difundida, mas ainda deixa algumas lacunas e apresenta muitas exceções. Analisando a trajetória econômica dos países latino-americanos ricos em recursos naturais, observa-se que há outros fatores institucionais influenciadores dessa trajetória, como

fatores históricos, institucionais e políticos. Portanto a afirmação de que o petróleo é uma “maldição” e pode ser pior em determinadas economias por outros problemas.

O presente trabalho pretende problematizar a existência da chamada maldição do petróleo em determinados países do continente americano e analisar como ela afeta o desenvolvimento da América Latina. A alta quantidade de recursos naturais traz vantagens comparativas para o país que os exploram, fazendo com que se especializem na produção desses recursos e passem a não investir na industrialização e em formas de diversificar sua estrutura produtiva. Para tanto o trabalho pretende usar a América Latina como foco de estudo, pois essa é uma das regiões mais desiguais do mundo, onde estão 10 dos 15 países com maior diferença entre ricos e pobres. A questão a ser investigada é se há uma maldição do petróleo na América Latina e o impacto das instituições nesse processo. A hipótese a ser testada é se a riqueza natural depõe contra o desenvolvimento econômico e institucional.

Além desta introdução, o trabalho está dividido em outras quatro seções. No segundo capítulo, fez-se uma revisão histórica das principais teorias sobre instituições, desenvolvimento e gestão de recursos naturais, além da abordagem da maldição do petróleo. Serão abordadas as teorias institucionalistas sobre desenvolvimento econômico. A seguir, será abordada a questão de gestão de recursos naturais. Em seguida será estudada a teoria da maldição do petróleo, começando pela ascensão desse recurso natural na América Latina, seguido da importância para economia e encerrado, então, pela formação da teoria da maldição do petróleo.

No terceiro capítulo, será feita uma análise de como alguns países na América latina chegaram a essa conjuntura economia atual. Será tratado e estudado como que o México geriu a questão das receitas do petróleo no país e as implicações da reforma no setor energético. A seguir, mostrar a trajetória do petróleo no Brasil e a vulnerabilidade perante a volatilidade dos preços do petróleo no mercado atual. Por fim, é feita uma análise na Venezuela, que é um caso clássico de dependência das receitas do petróleo, e será visto como as instituições ajudaram na dependência econômica e levaram a uma "maldição do petróleo".

No quarto capítulo, tentará se responder a pergunta se há maldição do petróleo na América Latina. Será analisado os argumentos da teoria da maldição do petróleo sobre diferentes autores. Será feita uma análise dos argumentos elencados no primeiro subcapítulo, sendo três econômicos e um político-institucional, através de gráficos e tabelas com intuito de ilustrar como os três países estudados estão ou não com os argumentos citados em sua economia. Na conclusão,

apresentam-se as consequências econômicas e sociais que a maldição do petróleo e a má gestão política das receitas petrolíferas trouxeram à América Latina. Ainda, buscar-se-á responder a questão se há maldição o petróleo nos países da América Latina.

2. INSTITUIÇÕES, RECURSOS NATURAIS E A MALDIÇÃO DO PETRÓLEO

Neste capítulo, será feita uma revisão histórica das principais teorias sobre o institucionalismo e a gestão de recursos naturais e será abordado a maldição do petróleo. Na primeira parte serão analisadas as teorias institucionalistas sobre desenvolvimento econômico. A seguir, será feita uma descrição de como a gestão dos recursos naturais pode afetar a economia e o desenvolvimento dos países. Em seguida será estudada a teoria da maldição dos recursos naturais, com foco no petróleo, começando pela importância desse recurso para América Latina e, em seguida, as características da exploração do petróleo no continente.

2.1. INSTITUCIONALISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

É consensual que as instituições são um fator essencial para explicar o desenvolvimento econômico dos países. Os institucionalistas elaboraram teorias que visam demonstrar o desenvolvimento econômico com uma abordagem mais abrangente, diferente da teoria neoclássica, que busca o equilíbrio estático e a racionalidade ilimitada dos indivíduos (SIMÕES, 2005). Dentro dessa teoria há três correntes de pensamento que se formaram a partir de fundamentos em comum: o Antigo Institucionalismo, o Neoinstitucionalismo e a Nova Economia Institucional (NEI). Segundo Conceição (2002, p. 121), há três pressupostos comuns às abordagens institucionalistas:

Qualquer abordagem analítica que se pretenda institucionalista deve incluir *path dependency*, reconhecer o caráter diferenciado do processo de desenvolvimento econômico e pressupor que o ambiente econômico envolve disputas, antagonismos, conflitos e incertezas. Reconhece-se, portanto, que existe um núcleo teórico definido e nem sempre convergente entre as diversas abordagens institucionalistas, revelando, ao contrário do que possa parecer, a própria fonte de riqueza do pensamento institucionalista.

O Antigo Institucionalismo foi a primeira teoria que tentou explicar o desenvolvimento econômico a partir de uma visão sobre a função das instituições. Surgida no século XIX, foi uma crítica ao equilíbrio estático e à definição de indivíduo conceituada pelos neoclássicos. Segundo Veblen, essa era “uma teoria do processo de mudança consecutiva, percebida como autocontinuada e autopropagadora, sem termo final” (VEBLEN, 1919, p. 37).

Os precursores no estudo da área se referem, principalmente, aos trabalhos desenvolvidos por Thorstein Veblen, John R. Commons e Wesley C. Mitchell, tendo o primeiro autor grande expressão atual. Apesar da sua importância teórica, o antigo institucionalismo acabou esquecido no período entre guerras, quando os EUA emergiam como grande potência mundial (HODGSON, 2007). De acordo com Conceição (2008, p. 12):

A partir daí se constata que a própria noção de instituição, em função das raízes históricas e estruturais que lhe são específicas, passa a viabilizar distintas trajetórias de crescimento, em seus respectivos ambientes socioeconômicos. Por esta razão instituição e crescimento econômico são conceitos umbilicalmente vinculados.

A teoria Neoinstitucionalista teve início nos anos 1960, tratando as instituições como estruturas sociais, sendo essas vistas como sendo moldadas com comportamento interdependente dos indivíduos, na qual as regras, hábitos, valores e normas formar-se-iam a partir de um desenvolvimento histórico com base em específicas realidades. Essa corrente vai contra alguns princípios da Economia Neoclássica, como a noção de equilíbrio e o individualismo metodológico, tendo como seus principais autores: Hodgson, Zysman e Samuels (CONCEIÇÃO, 2002).

Para os Neoinstitucionalistas, as instituições não existem apenas como instrumento de poder criado pelos indivíduos, mas sim, como estruturas que moldam o comportamento dos próprios indivíduos. Essa “inversão” de papéis coloca as instituições, no campo do desenvolvimento econômico, revestidas de características constitutivas, isto é, moldando o comportamento dos indivíduos, através das mudanças de seus hábitos e costumes, tendo em vista seu papel constitutivo das relações sociais (HODGSON, 2005).

Essa corrente relaciona o institucionalismo à teoria econômica, na qual trajetórias históricas e institucionais diferentes desenvolvem, nos diversos espaços, os sistemas de inovação, que distinguem as trajetórias tecnológicas. Nesse contexto, é importante mencionar que são as estratégias, quer em nível empresarial, quer governamental, que, ao exercerem influência decisiva sobre as inovações, formam um ambiente adequado para os novos produtos e processos (CONCEIÇÃO, 2002).

A national institutional structure creates the foundation for nationally specific patterns of industrial adjustment and economic development. Each particular structure sets a definable pattern of incentive and constraint for the several actors within the system; the

interaction of the actors creates a distinctive national market logic (ZYSMAN, 1994, p. 247).

Para Zysman (1994), o governo não deve ser o agente que define as estratégias implementadas pelas empresas, pois as ideias se manifestam da empresa para a sociedade em geral. Segundo o autor, o papel do governo é produzir resultados em mercados específicos, pois não é o governo quem gera oportunidades no longo prazo, e, mesmo quando este falha em gerar oportunidades, não é responsável pelo mercado com desvantagem na competição. Visto isso, pode-se entender que a trajetória do desenvolvimento de um país advém do processo de competição e interação entre as empresas (ZYSMAN, 1994).

Para esses teóricos, o controle, a alocação e a regulação econômica possuem elementos complexos, tais como: a distribuição de poder na sociedade, a forma de operação dos mercados enquanto complexos institucionais e a formação do conhecimento nas sociedades (CONCEIÇÃO, 2003). Em outras palavras, são as instituições, em suas diferentes dimensões, as responsáveis pelo controle, pela alocação e pela organização das atividades econômicas.

Como a perspectiva neoinstitucionalista considera que a motivação dos indivíduos é múltipla, a reforma do Estado pode mudar o comportamento tanto da burocracia estatal quanto da classe política a partir da introdução de novos hábitos e costumes, que, ao adquirirem certa rotina, se incorporam ao dia a dia da coletividade (SIMÕES, 2005). Chang (2005) se baseia nessa teoria para criticar a função do Estado e dos mercados no processo de desenvolvimento econômico das nações. Segundo o autor, as concepções neoclássicas de instituições que enxergam tanto o Estado quanto a classe política como prejudiciais ao desenvolvimento, não está correta, pois essa visão pressupõe que os indivíduos visam apenas o auto-interesse, e, no setor estatal, não diferiria.

A única corrente institucionalista que não propõe um rompimento com a Escola de Pensamento Neoclássica é a Nova Economia Institucional. Na sua visão, há um dos principais fundamentos da Economia Ortodoxa, como o foco nos indivíduos, no mercado, na escassez e na competição como princípios básicos da Teoria da Escolha Individual. No entanto, os autores da Nova Economia Institucional acreditam que os princípios básicos neoclássicos não encontram perfeita fundamentação no mundo real, com isso, podem ser substituídos ou, até mesmo, modificados (SIMÕES, 2005).

A NEI tem como principal referencial os custos de transação. Parte-se da ideia de que os indivíduos possuem racionalidade limitada e que o custo de transação advém da ideia de as

empresas funcionarem num ambiente de incerteza, já que há informações imperfeitas no mercado, estando passíveis de sofrer com comportamentos oportunistas de outras companhias. Com o objetivo de manter certa estabilidade na economia, a NEI cria diversos contratos que objetivam aumentar a transparência e a garantia nas transações econômicas e, com isso, diminuir a incerteza. O problema é que os custos advindos por esses contratos (custos de transação) são embutidos nos custos de produção, com expressivo efeito nos preços da economia. (SIMÕES, 2005).

De acordo com a NEI, as instituições têm a responsabilidade de garantir a estabilidade nas relações de troca entre os indivíduos, reduzindo as falhas de mercado. Conforme North (1990), as instituições começam a surgir com os incentivos individuais que desejam minimizar a incerteza nas transações. Segundo o autor, o desenvolvimento dos países acontece por uma trajetória historicamente definida, baseado no surgimento de uma estrutura institucional que busca equilíbrio entre leis formais e restrições informais. North acredita que as mudanças institucionais são influenciadoras das trajetórias de desenvolvimento dos países, que acabam sendo condicionadas pela base inicial de uma fundamentação institucional historicamente definida, privilegiando o desenvolvimento de certos grupos de poder em detrimento de outros (GALA, 2003). Para Douglas North:

O segredo para atingir o crescimento está na construção de uma matriz que estimule a acumulação de capital físico e humano. A grande distância observada ainda hoje entre países pobres e ricos encontra-se muito mais em diferenças entre matrizes institucionais do que em problemas de acesso a tecnologias. Sociedades pobres encontram-se nessa situação justamente por não terem desenvolvido uma base de regras, leis e costumes capazes de estimular atividades economicamente produtivas, especificamente acumulação de capital e de conhecimento (Gala, 2003, pg. 93).

Segundo os teóricos da NEI, o estado passa a ser visto com desconfiança, pois a sua existência tem papel fundamental para que os direitos de propriedade dos indivíduos sejam cumpridos, garantindo a existência de desenvolvimento econômico. Os principais exemplos citados por North (1990) são na história da colonização e do desenvolvimento dos países da América Latina e dos Estados Unidos, que atribuem ao processo de formação das instituições dois conjuntos de fatores historicamente determinados.

- O primeiro: de natureza exógena, remonta às formas de colonização dos países. Os países que possuíam características favoráveis à fixação do colonizador criaram instituições mais

estáveis e voltadas para um desenvolvimento mais duradouro. Contudo, países densamente povoados e com doenças como malária e febre amarela ficaram refém do desenvolvimento de instituições com objetivos exploratórios e a exportação de recursos naturais, o que estaria relacionado à formação de bases frágeis para o desenvolvimento (ACEMOGLU; ROBINSON, 2008).

- O segundo: de natureza endógena, são as escolhas coletivas de uma sociedade. Essas escolhas, contudo, são heterogêneas, o que leva à existência de embates de interesse entre distintas organizações pela escolha das instituições econômicas. Para eles, a disputa do poder político acaba por moldar as instituições (SIMÕES, 2005).

De acordo com Acemoglu (2008), os embates ocorridos entre instituições políticas e estatais, que ainda não possuíam uma organização plenamente desenvolvida, desembarcaram na África com intuito de explorar a indústria extrativista desses países. Na África do Sul – uma exceção dessa cultura econômica – os exploradores da Europa criaram instituições com fim de formar mão-de-obra barata para trabalhar nas regiões extrativistas:

Tudo isso não só explica por que a industrialização passou ao largo de vastas regiões do mundo, mas também é uma boa síntese do modo como o desenvolvimento econômico pode as vezes alimentar-se do subdesenvolvimento – ou, mesmo gerá-lo – em alguma outra parte da economia doméstica e global (ACEMOGLU, 2008, pg. 258).

Ainda em Conceição (2002), os argumentos do institucionalismo enfatizam questões que não deveriam ter sido formalmente omitidas dentro do moderno pensamento econômico. Dentre essas se destacam as que contemplam:

- (a) crescimento econômico como um processo, que, enquanto tal, pressupõe rupturas e reconstruções;
- (b) as características da transição de um velho para um novo processo de crescimento como elementos decisivos para a análise;
- (c) a importância das mudanças estruturais de natureza tanto tecnológica, quanto institucional; e
- (d) a visão do referido processo como revestido, de país para país, e de região para região, de características bastante distintas e, às vezes, sequer comparáveis.

E é exatamente desses aspectos que se ocupa a tradição institucionalista: a história importa, as formas de crescimento capitalistas são diferenciadas e múltiplas, o processo de crescimento é contínuo e tem raízes históricas profundas (North, 2005; Hodgson, 2002).

2.2. A GESTÃO DAS RECEITAS ADVINDAS DE RECURSOS NATURAIS E O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES

Países com abundância de recursos naturais tendem a apresentar um desempenho fraco nos outros setores econômicos, pois o impacto do aumento do valor das exportações de recursos sobre a taxa de câmbio e a competitividade afasta a atividade econômica dos setores não relacionados a recursos, comumente denominada “doença holandesa”. Nas palavras de Bresser Pereira (2007): “a doença holandesa é a sobreapreciação permanente da taxa de câmbio de um país resultante da existência de recursos naturais abundantes e baratos” (PEREIRA, 2007).

Para conseguir combater esse fenômeno, faz-se necessário uma gestão macroeconômica rigorosa e uma política fiscal responsável, de tal maneira que a transparência na tomada de decisão dessas políticas, obtenha apelo popular, para que novas despesas sejam aceitas no longo prazo:

Mais fundamental, porém, é a função essencial da transparência fiscal para a melhoria da gestão da receita dos recursos naturais, conforme enfatizado por muitos analistas. Tal função promoverá o uso eficiente dos recursos públicos, reduzirá o risco de políticas macroeconômicas instáveis e aumentará a confiança no processo orçamentário (FMI 2007).

No curto prazo, uma má gestão da volatilidade das receitas advindas dos recursos naturais concomitantemente a uma dependência de *commodities*, tende a desacelerar o crescimento a longo prazo. De acordo com Banco Mundial, três são os fatores mais importantes para os países da América Latina: volatilidade da renda das exportações (acentuada pela concentração das exportações), instabilidade do gasto fiscal (especialmente os investimentos públicos em saúde, educação e infraestrutura) ou sistemática insuficiência de poupança (ou excesso de consumo) das receitas dos recursos naturais (BANCO MUNDIAL, 2010). Esses fatores acabam resultando em uma volatilidade na demanda agregada e no produto no curto prazo, bem como nas riquezas da nação, gerando uma recessão do crescimento a longo prazo. Com isso, podemos concluir que os governos acabam gastando muitos recursos e não poupam o suficiente da renda de *commodities* ou não atenuam a transmissão da volatilidade inerente às *commodities* para a economia interna (WORLD BANK, 2010).

O impacto da má gestão das receitas advindos de recursos naturais, nas variáveis macroeconômicas: demanda agregada, níveis de poupança, investimento e produto é proporcional ao grau de concentração das exportações. Países com tendência a terem a doença holandesa, com efeitos positivos na balança comercial por conta de altas exportações, acabam por ter uma concentração nas exportações. No cenário sem volatilidade de preços e com forte vantagem comparativa a concentração das exportações pode não prejudicar a maximização do bem-estar social. Embora seja difícil estabelecer empiricamente as ligações diretas entre volatilidade dos preços das *commodities* e crescimento econômico a longo prazo, trabalhos econométricos constataram forte associação positiva entre concentração de exportações e volatilidade de preços nas relações de troca e no crescimento do produto (LEDERMAN; XU, 2009). Sendo assim, uma alta volatilidade de preços acaba por reduzir o crescimento econômico impactando no bem-estar social diretamente.

Além disso, o autor argumenta a respeito dos efeitos das flutuações dos preços das *commodities* sobre a estabilidade da taxa de crescimento parecem ser assimétricas e variar com a situação cíclica da economia. O grande problema é que quando há alta expressiva de preços durante épocas de crescimento econômico, o impacto das receitas advindas dos recursos naturais é menor do que quando o país está em crise. E, analogamente, queda de preços substanciais afetam mais a economia em altas do que quando está em recessão. (ENRIQUEZ, 2003).

Em geral, os países abundantes em recursos naturais tendem a implantar um modelo de cobrança de *royalties* sobre a extração de produtos. A ideia é ter uma contrapartida pela exploração de recurso natural não-renovável pertencente à nação. “Via de regra, há uma clara distinção entre *royalties* proveniente da extração de petróleo e gás e de outros minerais, os valores do primeiro são bem mais elevados, possivelmente pelo fato de a maioria das companhias petrolíferas serem de propriedade estatal”. (ENRIQUEZ, 2003). Segue abaixo um quadro com alguns exemplos de políticas nacionais de compensação por conta do uso dos recursos exauríveis:

Quadro 1 - Royalties mineiros – alguns exemplos de políticas nacionais na América Latina

País	Taxa	Base de cobrança	Justificativa da cobrança	Critério de uso dos recursos financeiros
Peru	2% a 5%	Receita das vendas	Pagamento de contraprestação pela extração dos recursos naturais não-renováveis da Nação, Estado/Província/Departamento	A maior parte se destina ao Governo Federal e outra para o “Cañon minero”, fundo que visam financiamento ou co-financiamento projetos de investimento produtivo

			ou Município.	que articule a mineração com o desenvolvimento econômico de cada região
Chile	0% a 5%	Progressiva de acordo com a receita das vendas	Os recursos naturais são de propriedade do Estado; os recursos naturais não-renováveis têm valor intrínseco; a exaustão implica em perda de receita;	Aplicação em um Fundo de Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento de capacidade inovativa do país.
Argentina	0% a 3%	valor na "boca da mina"[1]	Contraprestação pela extração de recursos minerais que são de propriedade da Nação ou da Província	Nd
Colômbia	3% a 12%	Valor na boca da mina	Contraprestação econômica pela exploração de um recurso natural não renovável e o direito dos departamentos ou municípios onde estão onde estão localizadas as minas	Os recursos vão para um Fundo Nacional de <i>Royalties</i> que estão sujeitos a uma Comissão Nacional de <i>Royalties</i> . Os recursos visam promover a atividade de mineração, a preservação do meio ambiente e o financiamento de projetos regionais de desenvolvimento.
Venezuela*	30% (petróleo)	Valor das vendas	Idem	Discrecionário pelo Estado
Brasil*	0,2 a 3% (minerais), até 15% (petróleo e gás)	Faturamento líquido (valor da produção deduzidos os dispêndios com tributos, seguros e transporte)	Participação no resultado ou compensação financeira pela exploração de recursos minerais no território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva.	A lei não determina em que deve ser aplicado, mas sim em que não deve: pagar dívidas e contratar pessoal permanente.
Bolívia*	até 5% (minerais) 18% +35% petróleo e gás.	Valor das vendas	Pagamento de contraprestação pela extração dos recursos naturais não-renováveis do Estado	15% recolhimento dos <i>royalties</i> é repassado para as comunidades, uma vez que elas auxiliam na fiscalização.

* Países/Jurisdições produtores de petróleo e gás e que aplicam os *royalties* em fundos mineiros
Fonte: Enríquez, 2003.

A adoção de políticas ciclicamente definidas nos gastos públicos na América Latina tem uma conexão com as receitas advindas das *commodities* que compõem a maior parte das receitas fiscais dos países. De acordo com Gavin e Perotti (1997), há pro-ciclicidade da política fiscal na região, daí resultaram níveis de endividamento crescentes e gastos públicos ineficientes durante as bonanças, com efeitos econômicos deletérios. Conseqüentemente, os países da América Latina aumentam seus gastos durante a alta de preços das *commodities*, o que leva a uma apreciação cambial, porém durante crises econômicas, são obrigados a desvalorizarem a taxa de câmbio e acabam por diminuir os gastos públicos (FMI, 2007).

A parte das receitas fiscais advindas de receitas com *commodities* é a maior na base fiscal. O que ainda agrava essa situação é que essa proporção vem aumentando nos últimos anos nos países da América Latina com riqueza em minerais e hidrocarboneto. O problema é que essas receitas são muito mais voláteis que as outras da base fiscal do governo (BANCO MUNDIAL, 2010).

Essa situação fiscal da América Latina pode levar a incentivos errados, pois, de certa forma, tira o incentivo para o país inovar em outras áreas a fim de conseguir mais receitas com impostos, bem como diminui a inversão de recursos para as empresas crescerem e aumentarem seus lucros, fazendo com que os países venham, cada vez mais, a ficar dependentes das receitas dos recursos naturais. Além disso, a receita fiscal arrecadada pela exportação de *commodities* gera um conforto para os políticos, que podem jogar em tempo de “*boom*” econômico com os incentivos fiscais para angariar votos, tanto dos residentes quanto das empresas. Como a pronta disponibilidade de rendas fiscais oriundas de *commodities* pode aumentar os custos políticos de arrecadar os tributos tradicionais, os políticos também contam com a opção de reduzir as alíquotas tributárias vigentes, como maneira de distribuir rendas econômicas (DUNNING, 2009).

O final desse ciclo é o impacto na vida dos pobres e miseráveis, pois em épocas de recessão, conforme já explicado, diminui-se os gastos sociais para suprir as necessidades básicas. Embora os gastos sociais devam ser contra cíclicos, sob uma perspectiva histórica, eles tendem a ser acíclicos ou pró-cíclicos embora, possivelmente, tenha ocorrido reversão dessa tendência na atual recessão global (GADELHA, 2013). Essa situação ocorre porque os países subdesenvolvidos tendem a ter dificuldades de contrair empréstimos com baixos juros em tempos de crise, portanto os gastos sociais ficam muito caros.

A divisão das receitas entre a iniciativa privada e o governo deve vir de uma projeção feita a partir dos órgãos competentes a fim de se avaliar a participação do governo na exploração dos recursos. A disponibilidade dos dados relativos a participação do governo na exploração dos recursos em diferentes países e projetos são fáceis de serem obtidos, e, ainda hoje, os governos não o fazem, prejudicando o processo de transparência. Para aumentar a transparência, possivelmente seria necessário melhorar a padronização dos relatórios a serem apresentados, levando em conta os seguintes aspectos (FMI, 2007):

- As hipóteses subjacentes às projeções e estimativas devem ser explicitadas.

- A sensibilidade dos resultados a mudanças nas principais variáveis (por exemplo, preço do petróleo) deve ser evidenciada.
- A participação do governo deve ser apresentada em termos de fluxo de caixa descontado e não descontado.
- A taxa efetiva de royalty (ou a participação mínima que o governo pode esperar em qualquer período contábil) deve ser estimada.
- Estimativas ex-post e projeções ex-ante da participação do governo devem ser disponibilizadas ao público.

A formação das instituições, portanto, representa um fator fundamental para o desempenho econômico entre os países exportadores de recursos naturais. Dessa forma, os países abundantes em recursos não sofrem a “maldição” apenas por possuírem riquezas naturais, mas têm o crescimento e desenvolvimento econômico prejudicados devido às instituições que administram esses recursos de forma ineficiente (RIBEIRO, 2015).

2.3. A MALDIÇÃO DO PETRÓLEO

A Segunda Revolução Industrial se inicia no final do século XIX (1850 - 1870) e se conclui durante o período da Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945), desenvolveu inovações na indústria química, elétrica, de petróleo e de aço. Esse final de século evidencia a Alemanha e os Estados Unidos como potências industriais, assim como França e Reino Unido. Até o início do século XX, os Estados Unidos foram os líderes do comércio mundial de petróleo, devido em grande parte à atuação do empresário John D. Rockefeller (GALEANO, 2010).

A Primeira Guerra Mundial evidenciou ainda mais a importância estratégica desse recurso natural. O uso do submarino com motor diesel e o avião, nova força bélica, transformaram o petróleo em material bélico e, o aproveitamento de seus derivados – período no qual a indústria automobilística começava a ascender – fizeram com que a gestão desse recurso se tornasse questão de interesse nacional (HOBSBAWM, 2010).

O governo americano então passou a apoiar que empresas do país operassem no exterior.
Segundo Ross:

Antes da década de 1970, o mundo do petróleo era dominado por um punhado em empresas, amplamente conhecidas como as “sete irmãs”, que conspiravam para manter o controle do abastecimento mundial¹. Elas também controlavam o transporte e a comercialização de quase todo o petróleo do mundo, o que lhes permitiu manter os preços estáveis e capturar a maior parte dos lucros. (ROSS, 2010, p. 25)

A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) é uma organização intergovernamental, criada na Conferência de Bagdá em setembro de 1960². O objetivo da OPEP é de coordenar e unificar políticas de petróleo entre os países membros, com o intuito de garantir preços justos e estáveis para os produtores de petróleo, uma oferta eficiente, econômica e regular de petróleo para os países consumidores, e um retorno justo sobre o capital para aqueles que investem na indústria (OPEP). Abaixo seguem os maiores produtores de petróleo da América Latina e, suas respectivas participações na produção mundial:

Tabela 1- Os 8 maiores produtores de petróleo da América Latina (Milhares Barris/ano)

País	2015	% Mundo
Argentina	636,68	0,68%
Brasil	2.526,95	3,02%
Colombia	1.007,61	1,22%
Equador	543,09	0,67%
México	2.587,73	2,92%
Peru	112,61	0,11%
Trinidad e Tobago	110,18	0,11%
Venezuela (OPEP)	2.626,41	3,10%
América Latina	10.151,26	11,83%

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do Banco Mundial, 2016.

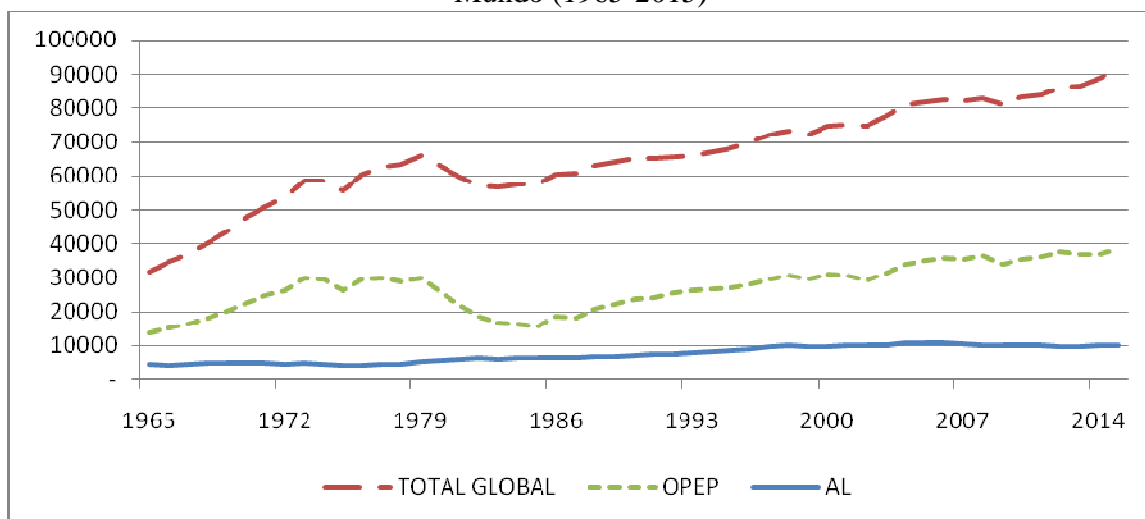
Conforme a tabela 1, a participação dos 8 maiores produtores de petróleo da América Latina é de apenas 11,83%, tendo como principal produtor a Venezuela seguida de Brasil e México. O gráfico 1 mostra a evolução da produção de petróleo na América Latina, bem como nos países da OPEP e do mundo. Podemos notar que durante os dois choques do petróleo a OPEP

¹As sete empresas eram a Standard Oil, de New Jersey (mais tarde Exxon), a Standard Oil, da Califórnia (mais tarde, Chevron), a Anglo-Iranian Oil Company (Mais tarde BP), a Mobil, a Texaco, a Gulf e a Royal Dutch Shell. (ROSS, 2010).

² Países membros e o respectivo ano de entrada na OPEP: Angola (2007), Argélia (1969), Líbia (1962), Nigéria (1971), Venezuela (1960), Equador (1973-1992, retornou em 2007), Arábia Saudita (1960), Emirados Árabes (1967), Irã (1960), Iraque (1960), Kuwait (1960), Catar (1961).

foi responsável por 50% da produção mundial, mostrando o quanto as decisões do grupo podem afetar a economia mundial.

Gráfico 1- Produção de petróleo em barril/dia na América Latina, nos países da OPEP e no Mundo (1965-2015)



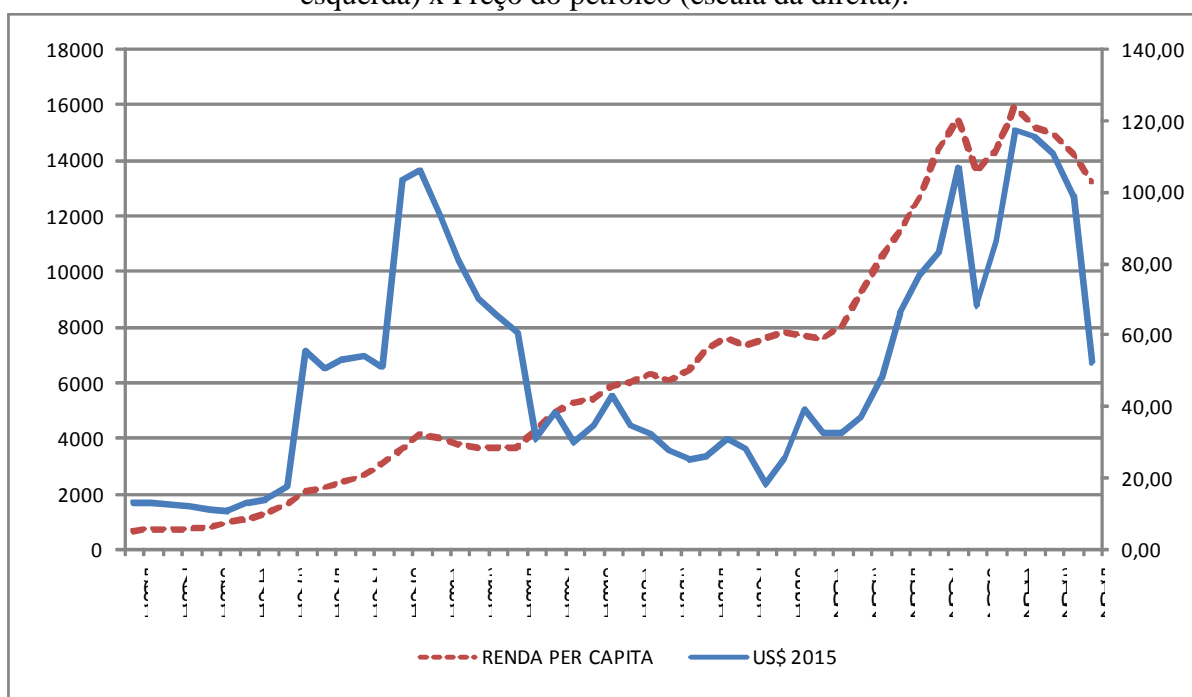
Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do *BP GLOBAL*, 2016.

Podemos ver, de acordo com gráfico 1, que o surgimento da OPEP foi um dos acontecimentos significantes para as duas crises do petróleo que se sucederam em 1973 e 1979 no ocidente. O primeiro choque em 1973, ocorreu, sumariamente, por motivações políticas. O poder do petróleo se volta contra o mundo ocidental, principalmente os Estados Unidos e países europeus que declararam apoio a Israel na Guerra do Yom Kippur (Dia do Perdão) contra Egito e Síria. As nações mais ricas acabaram se vendo obrigadas a reduzir os gastos públicos e as importações de petróleo, além de elevar suas taxas de câmbio de modo a preservar suas contas externas e buscar outras fontes de energia. O Brasil, com medo do aumento do desemprego e uma desorganização no setor produtivo, manteve as compras do óleo a preços elevados, tentando estimular exportações de bens manufaturados e investiu pesadamente em projetos de produção de álcool, como alternativa de combustível à gasolina. (IPEA, 2010).

O Segundo Choque do petróleo, ocorrido em 1979, foi o fator que influenciou as nações ocidentais a agirem para diminuir a sua dependência de petróleo vindo do oriente. Como se pode notar no gráfico 2, a redução do consumo internacional de petróleo causou uma queda na renda dos países exportadores, levando-os a modificarem suas políticas e tornar o petróleo mais competitivo no mercado internacional. Esse fato causou uma queda no preço do barril em 1986,

e, conseqüentemente, o reestabelecimento dos combustíveis fósseis como principal fonte de energia moderna. Nesse período, as nações mais ricas acabaram realizando movimentos de altas generalizadas de suas taxas de juros, medida que favoreceu “fugas dos investidores que vinham apostando em retornos elevados de aplicações no Brasil, levando a um alto crescimento da sua dívida” (IPEA, 2010). Podemos ver no gráfico 2 que a renda per capita dos maiores produtores de petróleo sofreram uma variação semelhante à variação do preço do petróleo:

Gráfico 2- Renda dos maiores países produtores de petróleo da América Latina (escala da esquerda) x Preço do petróleo (escala da direita):



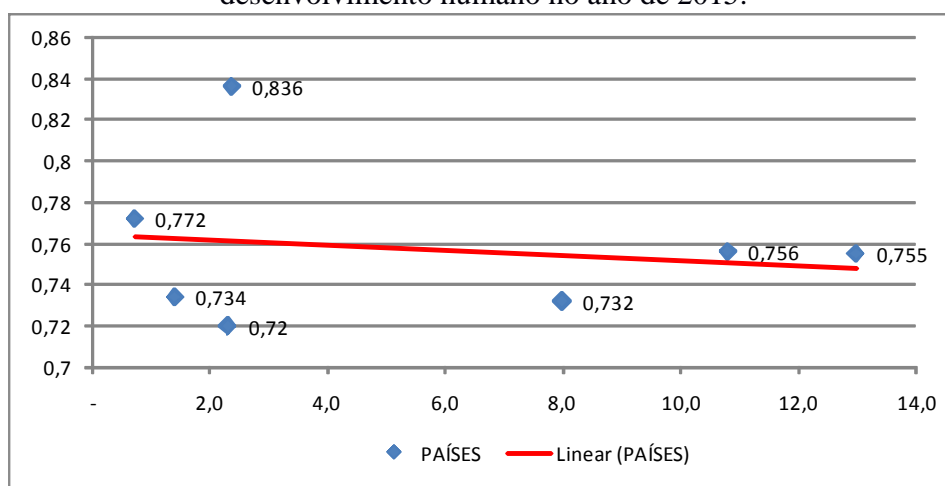
Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do Banco Mundial e do *BP Global*, 2016.

Na maior parte da bibliografia estudada até aqui, os recursos naturais são vistos como uma barreira para o desenvolvimento das economias dependentes desses recursos. Ainda que a riqueza de recursos naturais, como o petróleo, transforme países em nações influentes, há problemas quanto à instabilidade e dependência que acabam gerando. Afirmação embasada por diversos casos que já foram objetos de estudo, tais como: Angola, República do Congo, Libéria, Serra Leoa e Sudão, que, embora detenham grandes reservas de recursos naturais, encontram dificuldades para se desenvolverem. De acordo com Ross (2010):

O verdadeiro problema não é o fato de o crescimento nos países produtores de petróleo ser lento quando deveria ser “normal”, mas, sim, o fato de ele ser normal quando deveria ser mais rápido do que o normal dadas as enormes receitas que esses governos têm coletado.

O estudo mais abordado para essa análise é de Jeffrey D. Sachs e Andrew M. Warner (1995), que através de um estudo em diversos países, notaram que países ricos em recursos naturais em 1970, acabaram não crescendo como o esperado durante as duas próximas décadas (1970-1990). As conclusões de seus testes baseados em variáveis diversas mostraram que um aumento na intensidade de recursos leva a uma redução de cerca de 1% da taxa de crescimento do PIB ao ano dos países estudados. Com base nisso, o termo “a maldição dos recursos” foi cunhado e acabou por incentivar diversos estudos na área. No o gráfico 3 iremos observar uma das evidências da “maldição dos recursos”, que é geralmente encontrada em países com grandes reservas de recursos naturais, como o petróleo, mas com baixos índices de desenvolvimento, pois esses países podem estar sujeitos a um crescimento econômico desequilibrado. (HAMMOND, 2011)

Gráfico 3 - Reservas de petróleo nos maiores produtores de petróleo na América Latina x índice desenvolvimento humano no ano de 2015:



Fonte: Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do PNUD e do *BP Global*, 2016.

O alto crescimento do setor da energia faz com que haja uma intensa entrada de moeda estrangeira. Esse fluxo monetário leva à valorização da moeda nacional. Essa apreciação faz com que o custo de bens comercializáveis produzidos internamente seja mais elevado, pois o preço dos bens de fabricação é determinado no mercado mundial, e, uma vez que o preço das

mercadorias no mercado interno torna-se maior, há diminuição da procura de bens comercializáveis. Esse aumento de custo e valorização do preço doméstico faz com que diminua a competitividade do país no mercado mundial (COLDEN; NEARY, 1982).

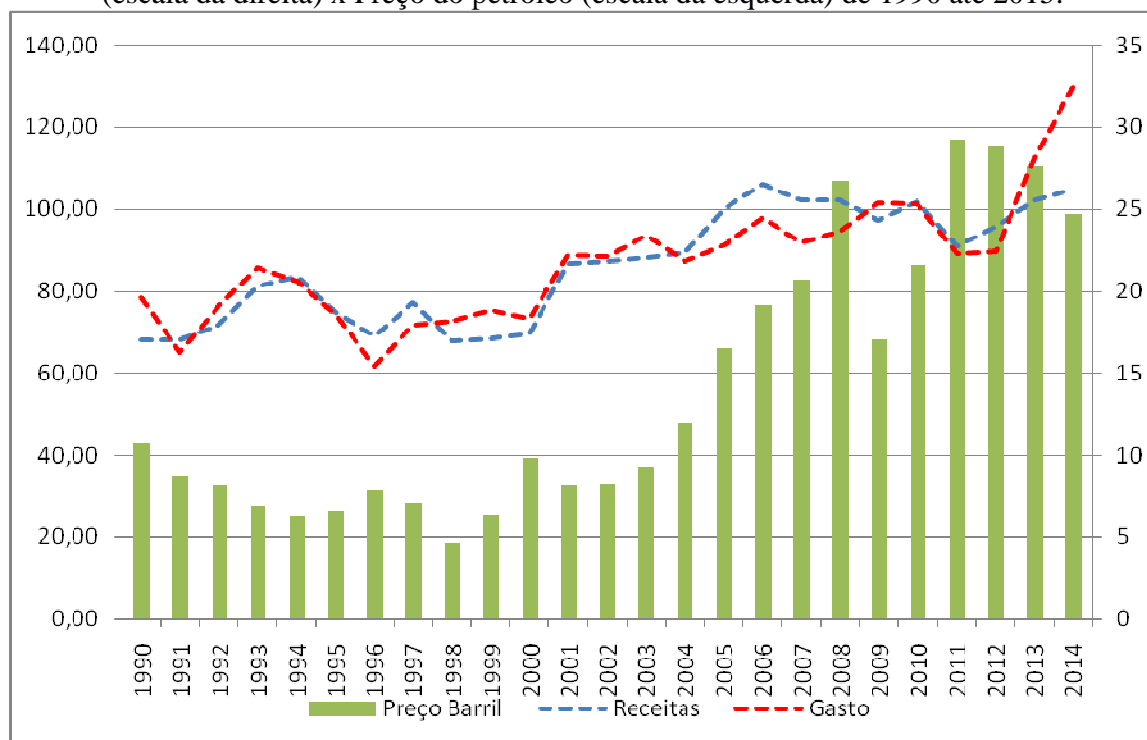
A diminuição da competitividade afeta, principalmente, o setor de fabricação, por conta do alto preço dos bens produzidos internamente, não tendo como o país escoar esses produtos no mercado mundial, causando um declínio no setor industrial. O mercado de trabalho acaba ficando precário, pois a exportação de produtos manufaturados envolve uma organização mais complexa do trabalho diferente da produção de recursos naturais, ou seja, desestimula o investimento em inovação e tecnologia em outros setores (SACHS; WARNER, 1997).

Esse declínio no setor industrial gera demissões em massa, levando a uma elevada taxa de desemprego e, conseqüentemente, a uma queda do Produto Interno Bruto. A evidência mostra que os países com setores de recursos naturais em expansão se beneficiam apenas no curto prazo, no entanto, com diminuição a longo prazo da produtividade e do PIB. Isso leva a desindustrialização de um país (COLDEN; NEARY, 1982). Segundo (PEREIRA, 2007, p.2):

A doença holandesa é uma falha de mercado que gera externalidades negativas nos outros setores de bens e serviços comercializáveis da economia impedindo esses setores de se desenvolverem usando a melhor tecnologia e as melhores práticas administrativas.

Países exportadores de petróleo, na América Latina, com pouca transparência e controle público, tendem a ter problema com a decisão dos políticos, que acabam sendo, em sua maioria, corruptas, por conta das altas rendas advindas desse recurso. Além disso, podem ter uma gestão ineficiente desses recursos por falta de planejamento a longo prazo e negligência a população como se pode ver no gráfico 4:

Gráfico 4 - Receitas Governamentais em % PIB dos maiores produtores de petróleo da AL (escala da direita) x Preço do petróleo (escala da esquerda) de 1990 até 2015:



Fonte: Elaboração Própria, com base nos dados do Banco Mundial e do *BP Global*, 2016

O gráfico 4 nos aponta a acreditar que países especializados na exportação de recursos naturais tendem a ser mais propensos a choques dos preços mundiais das *commodities*, pois a abundância de recursos gera uma alta renda e torna a economia acomodada, não dependente de um aparato institucional para recolher taxas necessárias à sobrevivência do Estado. Essa estrutura deixa pouco espaço para modelos de crescimento alternativos e, por outro lado, pode gerar gastos extraordinários, sem compensar a escassez futura dos recursos com uma diversificação econômica (SACHS; WARNER, 1997).

3. O PETRÓLEO NA AMÉRICA LATINA

No presente capítulo, será feita uma análise de como Brasil, México e Venezuela chegaram a essa conjuntura economia atual. Será tratado e estudado como que o México geriu a questão das receitas do petróleo no país e as implicações da reforma no setor energético. A seguir, será analisada a trajetória do petróleo no Brasil e a vulnerabilidade perante a volatilidade dos preços do petróleo no mercado atual. Por fim, é feito uma análise na Venezuela, que é um caso clássico de dependência das receitas do petróleo e será visto como as instituições ajudaram na dependência econômica e levaram a uma "maldição do petróleo".

3.1. A INDÚSTRIA DO PETRÓLEO NO MÉXICO

3.1.1. O Papel das Instituições na Indústria do Petróleo

Por muitas décadas o México tem tido benefícios com os campos de petróleo em seu território, tornando a sua economia dependente desse recurso. A indústria do petróleo se tornou uma das fontes de energia mais importantes para o país e para o mercado internacional, desempenhando um papel essencial não só na sua economia, mas também na sociedade e nas relações internacionais. Desde a década de 1980, a participação das receitas do petróleo no total da arrecadação do governo mexicano vem representando 30% das fontes de financiamento do governo (BIRD, 2001).

A Petróleo México foi criada em 1934, com o foco de aumentar os investimentos na indústria petroleira mexicana. Na época, a indústria do petróleo do país foi dominada por uma subsidiária da *Royal Dutch Shell*. Em 18 de março de 1938, o presidente mexicano Lázaro Cárdenas anunciou a nacionalização de todos os recursos de petróleo e instalações no México. O governo assumiu o controle de todas as propriedades de quase todas as empresas de petróleo que operavam no México, incluindo máquinas, equipamentos, construções, refinarias, estações de gás, navios e oleodutos. Em 7 de Junho de 1938, a empresa estatal Petróleos Mexicanos (PEMEX) foi fundada, com direitos exclusivos sobre a exploração, extração, refino e comercialização de petróleo no México (PEMEX, 2016).

A PEMEX, empresa estatal mexicana, detém o monopólio legal do petróleo no país e é uma das maiores empresas de petróleo no mundo. A indústria petroleira segue uma vertente nacionalista, tornando as receitas do petróleo um meio de financiamento das políticas estatais mexicanas. (Fundação Alexandre de Gusmão, 2008)

Em 1957, o México tornou-se um importador líquido de petróleo depois de demandas internas excederem a produção doméstica. No entanto, ainda que a produção tenha aumentado com a exploração de novos campos de petróleo no Tehuantepec, reservas perto da cidade fronteiriça do nordeste de Reynosa, a diferença entre a demanda e a produção doméstica continuou a aumentar. Os anos 1970 representaram uma época de altos investimentos em refino e de grandes descobertas de reservas petrolíferas no México. Em 1973 a produção de petróleo mexicana superou o pico alcançado no início de 1920. Em 1974, a PEMEX anunciou descobertas de petróleo em Veracruz, Baja California, Chiapas e Tabasco. López Portillo, com o aumento da produção de petróleo do México, utilizou o valor das reservas como garantia para a negociação de grandes empréstimos internacionais, sendo, a maioria, voltadas para a Pemex (CRANDALL, 2004)

O declínio dos preços do barril do petróleo durante a primeira metade da década de 1980 e a alta nos juros internacionais causaram um choque declinante na economia mexicana no período. Devido à forte dependência das receitas de petróleo e à crise que se instaurava naquele momento, o governo foi levado a diminuir suas despesas não-financeiras. Foi nessa conjuntura que o governo mexicano decidiu fazer mudanças tributárias, criando mecanismos de indexação para o imposto sobre valor adicionado e a integração entre o imposto de renda pessoal e o de empresas, o que causou baixo impacto na arrecadação do governo (Bird, 2001).

Nas últimas décadas, a PEMEX continuou aumentando sua produção e vingou como uma das maiores empresas do mundo. Porém a relação entre o estado mexicano e a PEMEX é muito próxima, sendo até o orçamento anual da empresa dependente de aprovação do congresso mexicano e, além disso, tem o seu lucro enviado ao tesouro do Estado. Isso cria um entrave para empresa investir em P&D³ de forma independente, pois necessita do estado para dispor dos recursos a serem investidos. Ainda que o estado mexicano tenha aprovado algumas reformas no ano de 2007, visando uma redução nos impostos incidentes na empresa e, com isso, permitindo

³ Explicar o que é P&D

um aumento de orçamento, os investimentos em P&D não se mostraram eficientes. (PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA, 2016)

Em 2013 foi proposta no país uma reforma energética tendo em vista três objetivos principais:

- Melhorar a economia familiar: o governo irá reduzir os custos de contas de gás e eletricidade;
- Aumentar o investimento e o emprego: novos postos de trabalho serão criados nos próximos anos por conta das taxas mais baixas cobradas pela energia;
- Reforçar a PEMEX e a Comissão Federal de Eletricidade (CFE): será dada maior liberdade para cada empresa em suas decisões para modernizar e dar melhores resultados. No entanto, as empresas continuarão sendo 100% estatais;

A fim de reforçar a orientação do Estado como proprietário de petróleo e gás e como um regulador da indústria do petróleo, o 27º artigo constitucional é removido da restrição incorporada em 1960, o que impedia o uso de contratos para a extração de hidrocarbonetos do subsolo. Ainda que essa mudança não altere a propriedade da nação de óleos minerais e mantém a proibição de concessões que conferem direitos de recursos naturais para os indivíduos, essa mudança passa a permitir a participação de setores privados na exploração e extração de hidrocarbonetos em troca de pagamentos com base nos rendimentos.

Além disso, a PEMEX e suas controladas são reestruturadas em três divisões: exploração, produção e de transformação industrial; passando a valer as condições de transparência e responsabilidade, além de uma política nacional de incentivar os Estados a comprar insumos de fornecedores nacionais do setor de hidrocarbonetos. (PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA, 2016)

3.1.2. A Gestão das Receitas do Petróleo

As reservas de petróleo do país vêm diminuindo ao longo dos últimos anos por conta do declínio de exploração de uma das suas principais reservas: o campo de Cantarell. Esse problema vem afetando a economia mexicana, pois aproximadamente 10% das exportações mexicanas são dependentes da exportação de petróleo e suas receitas advindas das vendas são direcionadas para o orçamento mexicano. De acordo com Cysne e Sobreira (2007):

Fica claro, portanto, que é necessário promover melhoramentos na estrutura das contas públicas, de forma a melhorar a sustentabilidade da situação fiscal. Uma das principais medidas é conseguir aumentar a arrecadação do governo, de forma a viabilizar a elevação das despesas sem prejudicar a situação fiscal, e simultaneamente reduzir a dependência do governo em relação às receitas relacionadas ao petróleo, que é elevada (CYSNE E SOBREIRA, 2007)

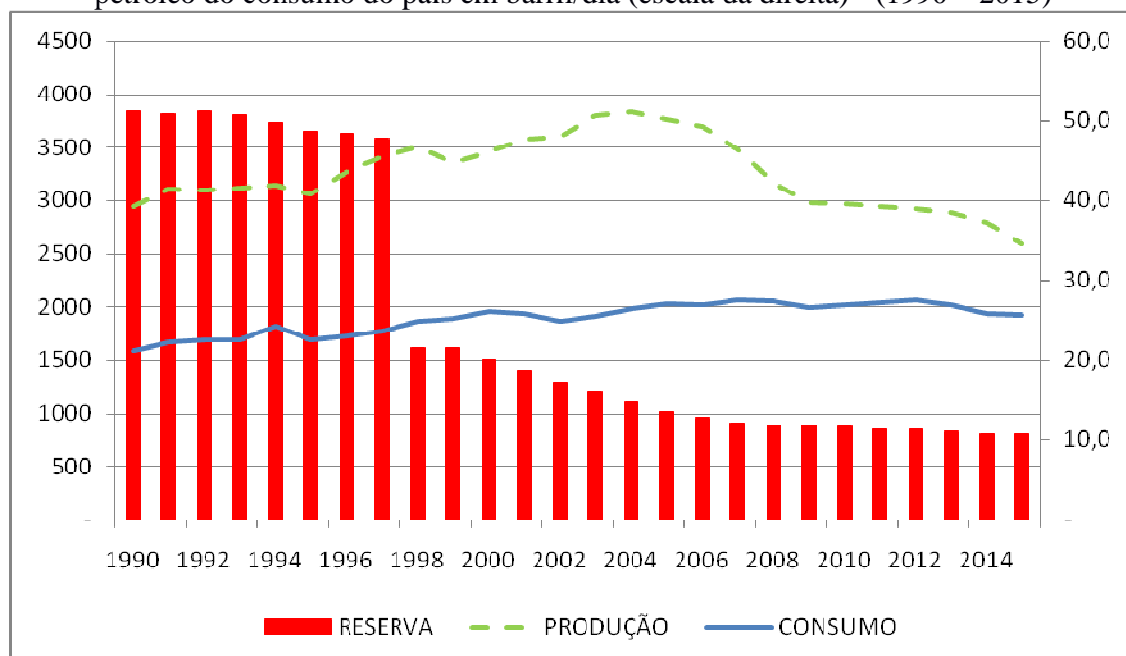
Antes da criação do *Fondo de los ingresos Petroleros* (Feip), as receitas extraordinárias advindas do petróleo eram usadas com fins compensatórias da queda de arrecadação do governo com outros tributos, mantendo-se, assim, os gastos do governo. O Fundo de Estabilização do petróleo foi criado com o intuito de economizar parte das receitas advindas da exploração desse recurso natural. Para tanto, as receitas do Feip “só poderiam ser utilizadas caso o preço do petróleo caísse abaixo de determinado patamar, sendo que apenas 50% dos recursos ali depositados poderiam ser desembolsados” (CYSNE E SOBREIRA, 2007). Ainda segundo os autores:

Contudo, o conceito utilizado para calcular as transferências para o fundo incorpora todas as receitas e não apenas aquelas afetadas pela variação no preço do petróleo. Dessa maneira, na prática, maiores receitas advindas de uma elevação no preço do produto podem acabar sendo compensadas por quedas na arrecadação de um modo geral, de forma que os recursos acumulados no fundo são bastante reduzidos (CYSNE E SOBREIRA, 2007)

3.1.3. A Importância do Petróleo na Economia Mexicana

Um dos principais desafios que o México enfrenta é sua baixa capacidade de refino frente sua demanda interna, o que leva o país a ter de importar derivados de petróleo para suprir o avanço da economia. De acordo com o *Outlook* do *BP GLOBAL*, a melhor forma de superar esse desafio é aumentando a capacidade de refino no país para diminuir sua dependência externa. (BP Global, 2015)

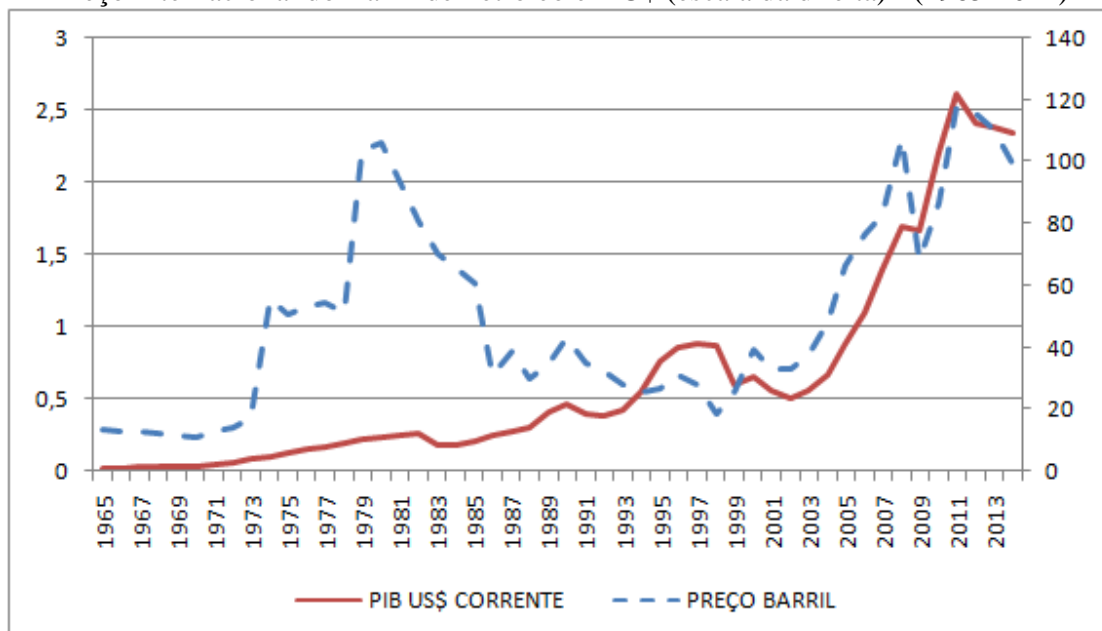
Gráfico 5 - As reservas do México em milhares de barris (escala da esquerda) e a produção de petróleo do consumo do país em barril/dia (escala da direita) - (1990 – 2015)



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do BP Statistical Review 2015

Em 1990, a produção de petróleo totalizou 2,9 milhões de barris/dia, enquanto o consumo estava em 1,5 milhões de barris diários. Já em 2014, essa diferença chegou a ser de apenas 662 mil barris/dia. Com isso, as reservas caíram em 80% no período analisado, também explicado por conta da baixa capacidade de refino do país (BP 2015).

Gráfico 6 - Evolução PIB do México em Milhões de U\$ (escala da esquerda) e Variação do Preço Internacional do Barril de Petróleo em U\$ (escala da direita) - (1965-2014)

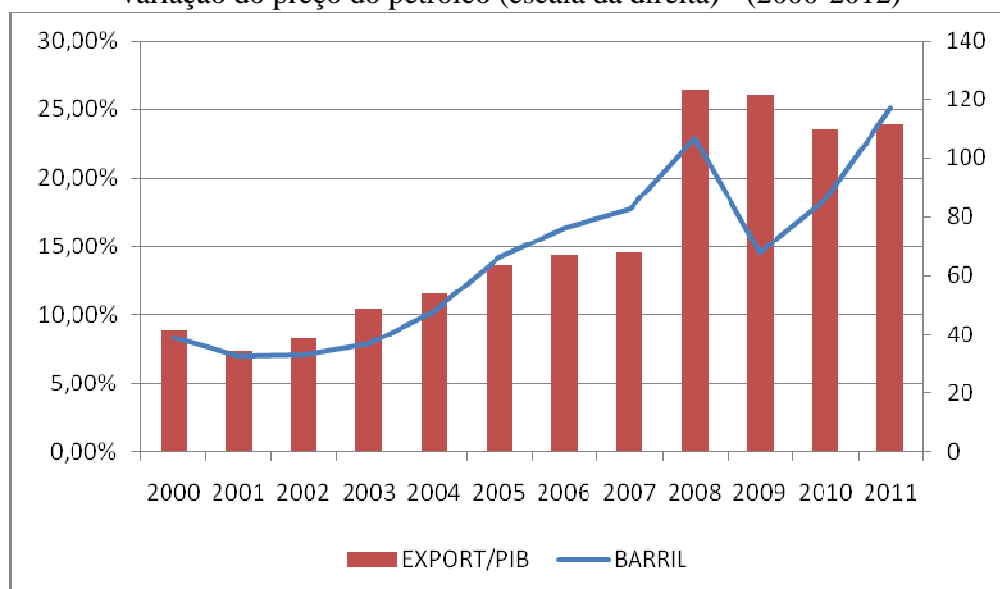


Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do IMF e BP Statistical Review of World Energy 2015.

O gráfico 6 mostra que a economia começou a ser influenciada após a década de 1990. Nota-se que o aumento do preço durante o choque em 1973 e 1979 não impactou a economia como as variações no período citado. A partir de 1989, o PIB do México cresceu em uma média boa, contudo pode-se ver que as quedas do petróleo puxaram a economia para baixo (WORLD BANK, 2013).

Com a análise do gráfico conclui-se que pode haver uma dependência desse recurso, principalmente explicado pelo consumo elevado e baixa capacidade de refino como já explicado.

Gráfico 7 - Participação do Petróleo na pauta exportadora do México (escala da esquerda) e variação do preço do petróleo (escala da direita) - (2000-2012)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da ANP e da SECEX.

As exportações mexicanas de petróleo ainda são muito expressivas, sendo puxadas, principalmente, pelo maior consumidor de petróleo do mundo: os EUA. O país é o terceiro maior exportador de petróleo para os EUA, principalmente, por conta de sua proximidade. Pode-se notar no período analisado que as exportações vêm aumentando, pois, sua participação na pauta exportadora chega a ter triplicado, no período em análise (CYSNE; SOBREIRA, 2007).

Conclui-se que o México é um país que possui uma participação de recursos naturais na sua economia, mas que, no entanto, não parece ser uma dependência. A produção e consumo, nos anos analisados, mostram uma estabilidade do país em controlar esses recursos naturais.

3.2. BRASIL: O PETRÓLEO É NOSSO? DA CRIAÇÃO DA PETROBRÁS AO PRÉ-SAL

3.2.1. O Papel das Instituições na Indústria do Petróleo

A exploração do petróleo no Brasil inicia no século XIX, com investimento dos ingleses no estado da Bahia através de concessões. Desde então até a Era Vargas, o Brasil percorreu um caminho sem rumo na indústria do petróleo e sem um modelo definido. É nesse período que a discussão em torno da nacionalização do petróleo e a importância de torná-lo um monopólio

natural toma força. Assim, nota-se que o processo de substituição das importações (PSI), política econômica de cunho desenvolvimentista iniciada nos anos 1930 por Vargas, era altamente dependente do abastecimento da energia advinda da indústria em formação, pois nessa época o Brasil ainda importava petróleo, criando uma barreira ao crescimento econômico (MORAIS, 2013).

É nessa conjuntura econômica que se cria a Petrobras. Em 1953, após a campanha “O Petróleo é nosso”, com o intuito de nacionalizar o petróleo, cria-se a Petrobras e, junto a ela, o monopólio de exploração do petróleo. Nas décadas de 1950 e 1960 o crescimento econômico que vivia a economia brasileira beneficiou diretamente a formação da Petrobrás (MORAIS, 2013). Segundo Vargas,

[...] Constituída com capital, técnica e trabalho exclusivamente brasileiros, a Petrobras resulta de uma firme política nacionalista no terreno econômico, já consagrada por outros arrojados empreendimentos, em cuja viabilidade sempre confiei. É, portanto, com satisfação e orgulho patriótico que hoje sancionei o texto de lei aprovado pelo legislativo, que constitui novo marco da nossa independência econômica (VARGAS, 1964, p. 59).

Após os choques do petróleo em 1973 e 1979, o Brasil tinha duas saídas para voltar a crescer: fazer um ajuste fiscal ou o II Plano Nacional de desenvolvimento. O II PND tinha como objetivo realizar um ajuste estrutural na economia brasileira tendo como meta principal reorganizar as bases da economia. Após os choques do petróleo, o Brasil era altamente dependente do petróleo, sendo o principal produto da sua matriz energética. O consumo veio crescendo a altas taxas e o principal problema era que o petróleo vinha principalmente pela importação. A proposta do PND era a redução da dependência do petróleo do oriente médio, através do investimento em P&D, exploração e refinamento de petróleo dentro do Brasil, e descoberta de novas fontes de energia, como o álcool.

O Brasil intensificou o PSI de derivados de petróleo e incentivou a exploração desse recurso, bem como a geração de energia a partir de outros combustíveis não fósseis a fim de diminuir a dependência do petróleo importado. Essa estratégia levou o governo Brasileiro a fazer maciços investimentos em Bens de Capital, que acabou gerando um alto endividamento externo para a empresa (FONSECA;MONTEIRO, 2007). Na concepção de Baer (1996, p. 89): “Os objetivos do II PND era agir como uma forte política contracíclica frente ao impacto causado pela crise do petróleo e manter uma razoável taxa de crescimento, um nível de emprego e de consumo”.

Por conta da conjuntura econômica vivida no Brasil nas décadas de 1980 e 1990 e com uma política econômica focada no combate à inflação e na construção de uma estabilidade econômica, cresceu o debate em torno da privatização e da abertura da Indústria Brasileira de Petróleo. Em 1991, Fernando Collor, com o Plano Nacional de Desestatização (PND) privatizou a petroquímica e a empresa produtora de fertilizantes da Petrobrás (Petroquisa e Petrofértil) (MORAIS, 2013).

Essas mudanças culminaram na aprovação de uma nova lei do petróleo em 1997, desmantelando o monopólio estatal da Petrobrás, permitindo, assim, a entrada de novas empresas nessa área de atuação. Institui-se, portanto, o modelo existente de exploração, um modelo de leilão e licitações de campos de petróleo seguindo os critérios estabelecidos pela nova lei. Junto a essa lei, institui-se a Agência Nacional de Petróleo (ANP), responsável por regular o setor no Brasil e controlar os leilões em licitação dos campos de petróleo (PIRES, 2013).

Até o século XXI, o Brasil não foi um grande detentor de reservas petrolíferas, ainda que a Petrobrás seja uma das maiores petrolíferas do mundo. A petrolífera teve esse grande incremento econômico por conta da grande demanda interna do país e não por conta da exportação desse recurso natural. Porém após o início do governo Lula (2003), ou seja, no começo do século XXI, o país passa a ser o líder na produção de biocombustíveis e o protagonista de uma grande descoberta petrolífera: o Pré-sal, uma camada profunda que contém um petróleo de boa qualidade e, aparentemente, em quantidades avassaladoras, que acaba colocando o país no ranking dos 10 maiores detentores de reservas petrolíferas do mundo (MORAES, 2013).

Essas descobertas do pré-sal nos mares brasileiros abriram novas perspectivas para a Indústria Brasileira do Petróleo. Em primeiro lugar, pode transformar o Brasil em um dos maiores produtores mundiais de petróleo e também um dos maiores exportadores. Em segundo, a Petrobrás pode passar a ter uma relevância ainda maior no mundo por conta da tecnologia usada nesse processo. Também se abrem novas oportunidades para o crescimento brasileiro, pois os lucros advindos da atividade podem ser transformados em benefícios sociais ao povo brasileiro (PIRES, 2013).

Dessa maneira, a aposta é que essa descoberta coloque o Brasil em uma nova etapa de desenvolvimento, conquanto que as receitas advindas desse processo sejam investidas nas áreas mais estratégicas para o país. O ponto mais esperado é que o país se torne um exportador líquido

de petróleo. Dessa maneira, diversas transformações deveriam ser realizadas na indústria brasileira de petróleo e na sua estrutura de tributação para que esse novo modelo exportador influencie nas outras atividades econômicas brasileiras, bem como no nível de desenvolvimento econômico e social do país (MORAIS, 2013).

3.2.2 A Gestão das Receitas do Petróleo

É de suma importância que haja um alto planejamento sobre o uso dos recursos da renda do pré-sal com o intuito de tentar afastar os efeitos negativos que possam surgir. Os altos investimentos no setor podem trazer malefícios sobre os outros setores da economia, pois estes podem ser afetados pela concentração do capital investido no setor, pelo câmbio valorizado, pelo aumento de custos, pela queda das exportações e consequente perda de participação da indústria na economia (MAGALHÃES E DOMINGUES, 2012).

O país teve seu Fundo Soberano do Brasil (FSB) criado no ano de 2008, considerado tardiamente ao comparar com os outros países da América Latina. A criação só aconteceu por conta da conjuntura do período em que o país se encontrava, com

Uma dívida externa líquida negativa R\$ 15 bilhões; uma forte entrada de capitais internacionais; a existência de um superávit fiscal nominal de 0,45% do PIB; valorização de sua moeda, o real, em relação ao dólar; relativo alto grau de investimento; aumento das exportações e a perspectiva de maior extração petrolífera com a descoberta de novas jazidas na camada pré-sal (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2008, pg. 2).

De acordo com (TAVARES et.al, 2008, p. 7):

Os recursos oriundos da exploração do pré-sal serão incluídos no financiamento do Fundo Soberano de Riqueza, tornando-o assim um FSR híbrido. Embora ainda não tenha sido definido como ocorrerá essa transferência – provavelmente será estabelecido um imposto futuro sobre o petróleo – calcula-se que, com o financiamento oriundo das receitas da exploração do pré-sal, o FSR brasileiro poderá, até 2013, ter um montante de US\$ 300 bilhões.

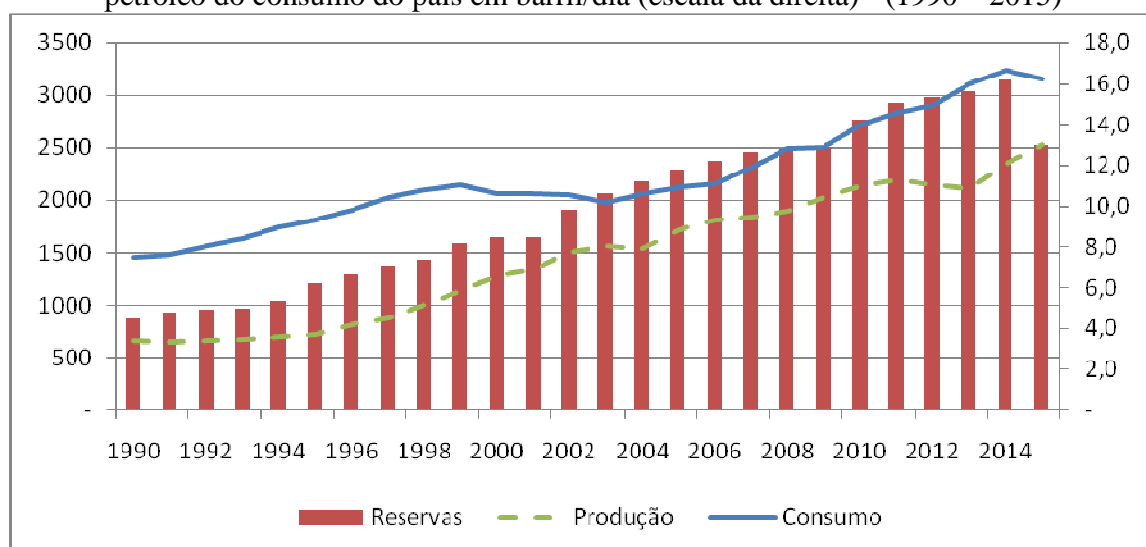
A formação do FSB tem quatro principais propósitos: financiamento, estabilização, diversificação e desenvolvimento. Tendo o país o direito de resgatar o fundo com apenas duas finalidades: com intuito de estabilizar o superávit fiscal e para haver investimentos em períodos

de desaquecimento econômico. O propósito da diversificação busca aumentar o investimento das reservas excedente sem ativos que otimizam a rentabilidade dos recursos do Estado. O propósito de desenvolvimento usaria recursos do FSB como um instrumento de política industrial com o intuito de acelerar a expansão das empresas ao exterior (RINALDI, 2011).

3.2.3 A Importância do Petróleo na Economia Brasileira

Após a abertura do mercado para a exploração do petróleo por parte de empresas estrangeiras, a produção brasileira cresceu em taxas altas. Pode-se ver no gráfico 5 que, no início da década de 1990, o Brasil produzia 650 mil barris/dia e também pode-se ver que no ano de 2009, ano que antecede a exploração na camada pré-sal, esse dado já estava em 2.029 milhões de barris/dia, um aumento de 212%. Essa elevação da produção, que acontece antes da exploração do pré-sal, se deve por conta de dois fatores: a atratividade do novo modelo de exploração e por conta do aumento da produtividade da exploração da Petrobrás (ANP, 2016).

Gráfico 8 - As reservas do Brasil em milhares de barris (escala da esquerda) e a produção de petróleo do consumo do país em barril/dia (escala da direita) - (1990 – 2015)



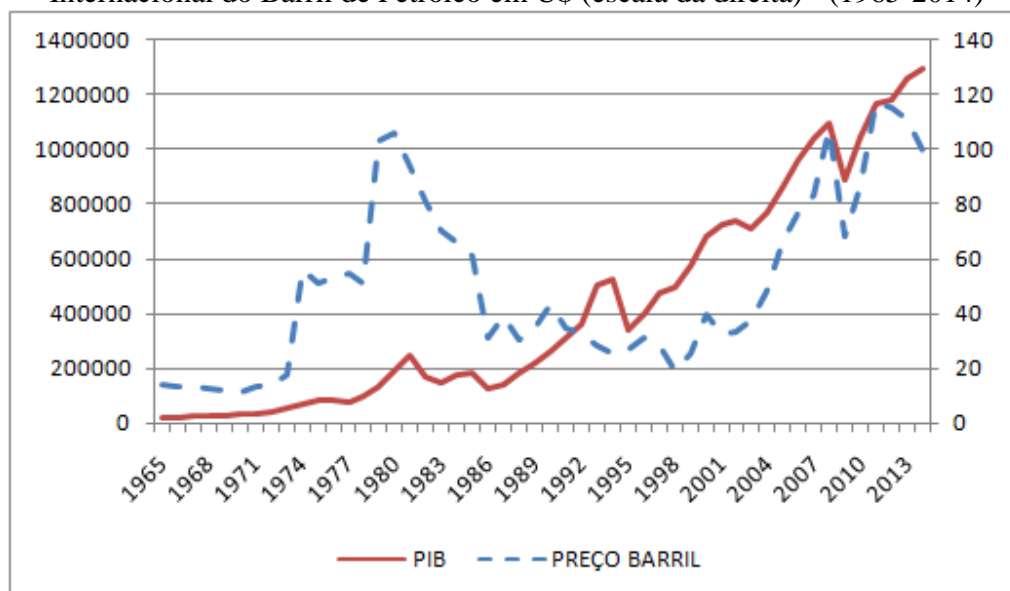
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do BP Statistical Review 2015.

Podemos notar no gráfico que, após 2009, ou seja, ano que antecede a produção do pré-sal, a produção estava em 2.029 barris/dia e em 2015 estava em 2.529 barris/dia, portanto um incremento de 25% na produção. Ainda que o Brasil pareça ter alcançado um grau de

autossuficiência na exploração do petróleo, o país ainda precisa importar alguns tipos de petróleo por conta da peculiaridade de cada produto e por falta de tecnologia para refino. Segundo a ANP (2016), no seu relatório sobre importação e exportação:

Nesse sentido, pode-se inferir, aparentemente, que embora o País tenha aumentado as exportações, em termos de quantidade, dos produtos do universo amostrado (total ou abaixo de (3.000 toneladas), a balança comercial ainda apresenta saldo negativo, que pode encontrar respaldo no preço de determinados produtos, provavelmente, em virtude de características específicas e(ou) deficiência de produção no mercado nacional. (ANP, 2016, pg. 2 e 3)

Gráfico 9 - Evolução PIB do Brasil em Trilhões de US\$ (escala da esquerda) e Variação do Preço Internacional do Barril de Petróleo em US\$ (escala da direita) - (1965-2014)

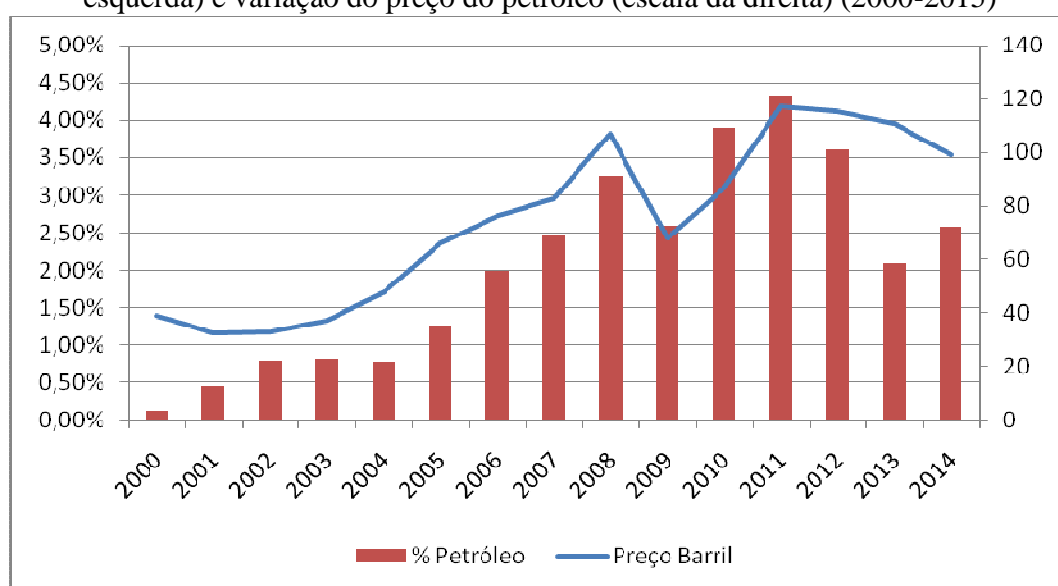


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IMF e *BP Statistical Review of World Energy* 2015.

No gráfico 6 são apresentados os valores do PIB brasileiro entre 1965 e 2015. O gráfico demonstra que as flutuações do preço do petróleo afetaram a economia brasileira, ainda que o aumento do preço durante o choque em 1973 e 1979 não tenha impactado tanto a economia como as variações no século XXI. A partir de 2002, o PIB do Brasil cresceu em ritmo acelerado, porém podemos notar que a queda do preço do petróleo afetou a economia brasileira no período. Pode-se ver que, nos anos de 2010 e 2011, o PIB brasileiro acompanhou a alta do preço do barril do petróleo crescendo 7,6% e 3,9%, respectivamente, o que trouxe ótimas receitas ao governo brasileiro no período (WORLD BANK, 2015).

No primeiro trimestre de 2015 o barril do petróleo atingiu preços inferiores a US\$50 (OPEC, 2015) e a economia brasileira sofreu bastante com a queda desse preço, o que se pode ser verificado no gráfico 6. Mas não podemos afirmar que a dependência da economia brasileira pela exploração desses recursos seja tão elevada, já que podemos ver no gráfico 7 que a participação do petróleo na pauta exportadora não é tão elevada.

Gráfico 10 - Participação do Petróleo na pauta exportadora e PIB do Brasil em % (escala da esquerda) e variação do preço do petróleo (escala da direita) (2000-2015)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da ANP e da SECEX.

Podemos ver no gráfico 7 a participação das exportações de petróleo na pauta exportadora do Brasil. Durante os 15 anos apresentado, a maior participação das exportações do petróleo foi de 4,5% em 2011, mas podemos notar uma forte correlação entre a taxa de participação do petróleo nas exportações e o preço do barril de petróleo. A pequena participação das exportações do petróleo nos mostra que não há uma forte dependência do Brasil com esse recurso em relação a suas exportações. (WORLD BANK, 2014). De acordo com a Petrobrás:

Em 2015, houve uma grande redução dos preços internacionais do petróleo. O preço médio do Brent foi de US\$ 52,46, uma queda de 47% em relação a 2014, o que afetou negativamente a rentabilidade de toda a indústria, principalmente em exploração e produção, levando a postergações e cancelamentos de projetos. (Petrobrás, 2015).

Pode-se se notar que o Brasil modificou seu perfil de consumo e produção por conta da descoberta do pré-sal. As exportações de petróleo subiram vertiginosamente acompanhado do preço do barril de petróleo, porém podemos ver que a economia do Brasil possui uma relação ainda fraca com o setor petrolífero mundial.

3.3 VENEZUELA: A RIQUEZA DO PETRÓLEO

3.3.1 O Papel das Instituições na Indústria do Petróleo

A Venezuela é o maior exportador de petróleo na América Latina e um dos mais importantes integrantes da OPEP. A indústria petrolífera é fundamental para a economia venezuelana, sendo responsável pela maioria do total da pauta de exportações e por uma grande fatia das receitas governamentais (EIA, 2008).

Ao longo dos anos, o governo venezuelano, com o objetivo de aumentar o crescimento econômico no país, passou a focar na exportação do petróleo, criando um problema de desenvolvimento para o estado. Ao mesmo tempo em que concentra sua economia em exportação de petróleo, a maioria dos outros produtos passaram a ter que ser importados, tendo como principal parceiro econômico os Estados Unidos.

No início da década de 1970, as reservas petrolíferas do país, por conta de um decreto, foram nacionalizadas, tendo como regime de concessão dos direitos de exploração a regra de metade para o estado e metade para empresa exploradora. Contudo, o governo não estava satisfeito com essa política, pois queria aumentar a arrecadação de receitas para continuar seu projeto de desenvolvimento econômico para o país. Em 1975, após o decreto, fundou-se a PDVSA, empresa que seria responsável por controlar e planejar os recursos advindos da exploração do petróleo e também as relações entre o estado venezuelano e as empresas concessionárias do direito de exploração no país. A PDVSA recebeu uma autonomia que advinha da política de abertura petrolífera do governo Carlos Andres Perez, porque se acreditava que a empresa seria o principal elo entre as transnacionais. O que ocorreu, no entanto, foi o contrário: houve o descolamento da administração da empresa para longe dos interesses da sociedade venezuelana (LANDER, 2002).

O pacto de *Punto Fijo* garantiu a ordem institucional após quase 40 anos (1958- 1998) além de uma democracia na qual os dois partidos da Venezuela, *Accion Democratica* (AD) e *Comité de Organización Política Electoral Independiente* (COPEI), tiveram ideias que convergiam em quase todos assuntos. Esse sistema teve seu ápice durante toda a década de 1970, por conta dos altos preços do petróleo. Durante o período de *Punto Fijo*, a renda petroleira foi responsável pela dinâmica da política, vários setores se apropriaram da renda advinda do petróleo até pelo menos o fim dos anos de 1970.

Foi na década de 1980 que os recursos desses setores se esgotaram, os preços do petróleo desabaram e a Venezuela sofreu da mesma maneira que todos os outros países na América Latina: crise de crédito e explosão da dívida pública, que prejudicou todo o plano de desenvolvimento do país. Por conta da queda do preço do barril de petróleo, a renda a ser dividida teve diminuição acentuada até os anos 2000. O que marcou o neoliberalismo dos anos 90 no país foi a desvinculação entre PDVSA e Estado:

A empresa que sempre teve grande autonomia em relação ao governo passou a ter um caminho institucional livre para a abertura petroleira. Esta política que liberou a entrada de capitais transnacionais nas atividades primárias, além de reduzir a soberania jurídica e impositiva, diminuiu de forma significativa os ingressos fiscais do petróleo e colocou a Venezuela em rota de colisão com os outros sócios da OPEP (BARROS, 2006, p. 76).

Pôde-se se ver, ao longo dos anos, que esse pacto trazia mais desvantagens que vantagens. A política dos dois partidos começou a ter menos aceitação, pois ela garantiu a perpetuação de uma estrutura social muito desigual, uma vez que o petróleo estava nas mãos de um grupo oligárquico. Ainda que as empresas vinculadas ao governo e a PDVSA tenham tido perdas menores, a população venezuelana sofreu muito com a crise que se alastrou, abrindo espaço para surpresas eleitorais.

Hugo Chávez, candidato pelo Movimento V República (MVR), foi eleito em 1998, criticando o sistema político da época e com a ideologia de modificar o país com novos programas econômicos e mudanças constitucionais. Assim como em toda América Latina, o país enfrentava uma forte crise econômica, dado que os preços do petróleo estavam muito abaixo do patamar ideal desde 1979. Chávez, por sua vez, defendia o fim da corrupção e do rentismo. A equipe de Chavez tinha como seu principal objetivo programas voltados para estabilidade econômica, planos de diversificar as exportações e um plano de melhorar o bem estar nacional.

A governança do MVR buscava uma abertura da indústria do petróleo com uma política concentradora de riquezas e poder. O partido buscava uma redistribuição de riqueza a partir da renda petrolífera, na tentativa de modificar a pauta produtiva, com intuito de diminuir a dependência externa. Para que isso se viabilizasse era preciso que o governo retomasse o controle sobre as rendas advindas da PDVSA (BARROS, 2007). Os recursos para manutenção das missões nas periferias e comunidades marginalizadas advinham diretamente da PDVSA, que após a Lei dos Hidrocarbonetos, tornou-se o instrumento financeiro dos programas sociais de Chávez (Coimbra, 2009).

3.3.2 A Gestão das Receitas do Petróleo

A Venezuela é um dos maiores exportadores de petróleo da América Latina, cujas receitas da PDVSA garantem o financiamento das políticas públicas do governo. Desde 1990, decisões e interesses dos administradores da empresa e do governo divergem e, com isso, vem enfrentando dificuldades, corrupção e má gestão de recursos (DUNNING, 2010). Segundo Rinaldi (2010, p. 28):

Entretanto, condições políticas específicas foram de grande significância para maior projeção internacional de seus FSR, e nesse sentido, a Nova Estratégia Econômica e Financeira de 2005 do governo do Presidente Hugo Chávez Frias foi fundamental para que seus dois fundos, o Fundo de Investimento para a Estabilização Macroeconômica (FIEM) e o Fundo de Desenvolvimento Nacional (Fonden) pudessem ser mais do que instrumentos de valorização financeira.

Os fundos visam a estabilização econômica assim “como a estabilização dos preços do petróleo e o financiamento de posições deficitárias em situações de abruptas mudanças no mercado dessa commodity” (RINALDI 2010), também a melhora da base econômica com intuito de diminuir a dependência das receitas do petróleo, possibilitando maior diversificação da pauta exportadora venezuelana. Ainda em Rinaldi (2010, p. 15):

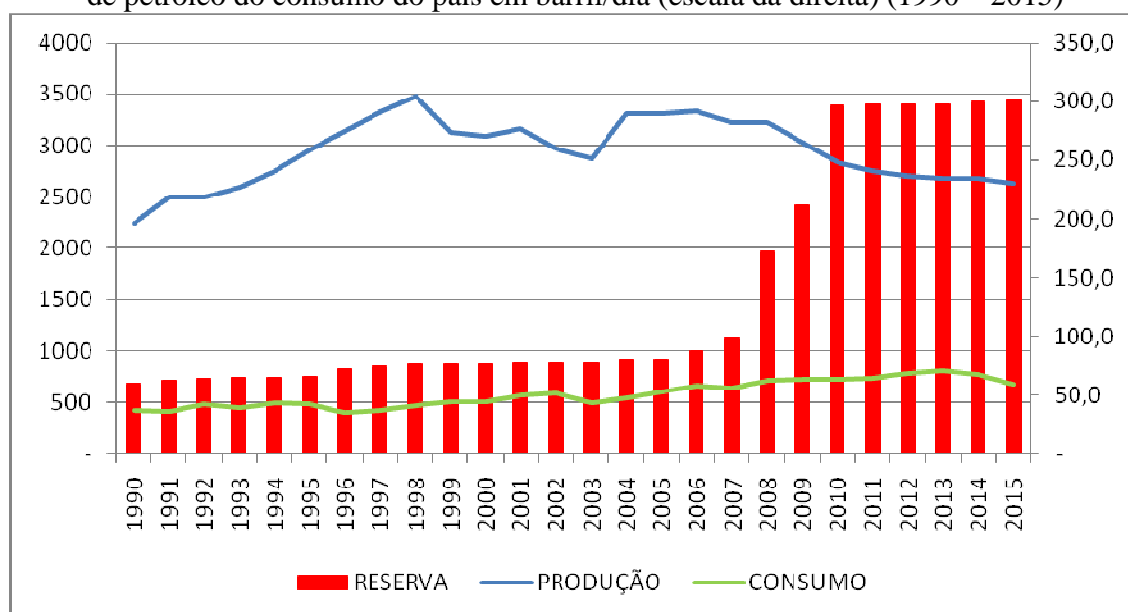
Por outro lado, é no âmbito dessa estratégia que os FSR venezuelanos são vistos com grandes ressalvas por países desenvolvidos, investidores financeiros, instituições internacionais e analistas de FSR: o presidente Chávez, desde 1999, vem ampliando o controle do executivo sobre instrumentos econômicos importantes, particularmente de seus FSR.

Com o crescimento da PDVSA durante o período neoliberal, o governo passou a ter menos controle sobre a empresa e as tensões aumentavam por conta dos critérios de escolha dos cargos, que pareciam ser mais decisões políticas que profissionais. O problema de assimetria de informação dificultava a administração da PDVSA pelo governo venezuelano e com o começo do governo de Hugo Chave, o objetivo passou a ser voltar a ter alto controle da companhia, contrariando boa parte dos agentes, pois um dos objetivos dos planos de desenvolvimento da Venezuela era que a PDVSA fosse cada vez mais autônoma. (DUNNING, 2010).

3.3.3 A Importância do Petróleo na Economia Venezuelana

Por conta do forte aumento do preço do petróleo no último século, a Venezuela gerou um volume elevado de recursos para seus fundos, viabilizando para o governo os investimentos necessários para reestruturar a economia. Por conta do cenário econômico mundial e a negociação dos países-membros da OPEP, que durante os choques do petróleo década de 1970 concordaram em um aumento do preço, o preço do petróleo passou de US\$10,98 por barril para a maior alta de todos os tempos em julho de 2008, US\$147/barril, despencando, novamente, após a crise mundial de 2008 para o patamar de US\$ 68 (HAMMOND, 2011).

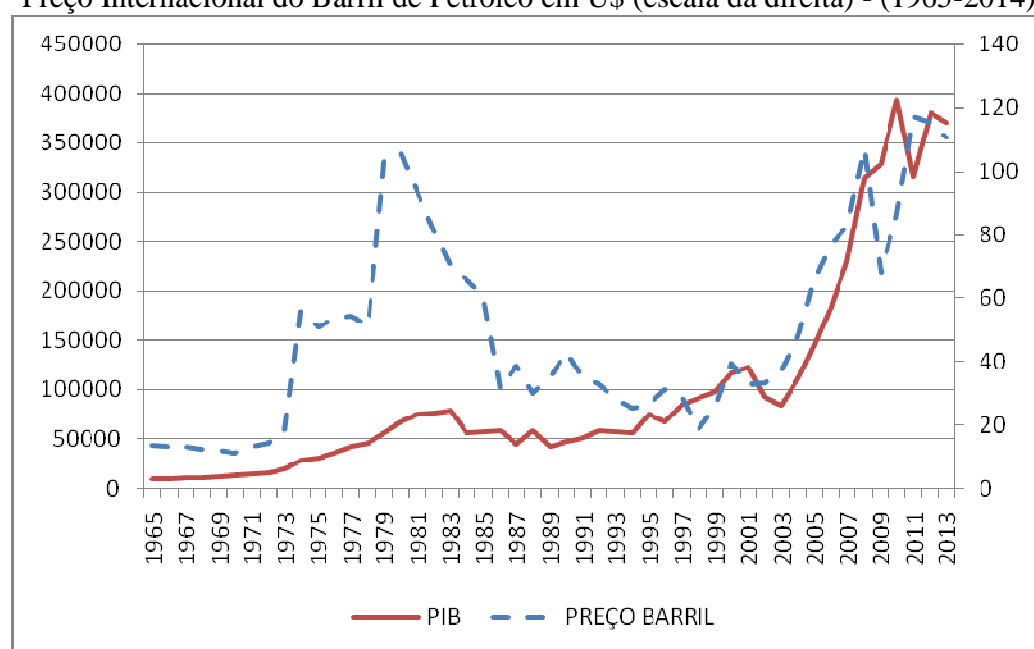
Gráfico 11 - As reservas da Venezuela em milhares de barris (escala da esquerda) e a produção de petróleo do consumo do país em barril/dia (escala da direita) (1990 – 2015)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do *BP Statistical Review 2015*.

Conforme se observa no gráfico 11, na primeira parte da década de 1990, a produção de petróleo totalizou 2,2 milhões de barris/dia tendo um consumo muito abaixo com 428 mil/barril dia. A diferença, entretanto, era, em sua maioria, exportada. A partir de 2007 as reservas cresceram de forma acentuada, principalmente por conta da crise que se instalou no cenário mundial e assim, as reservas chegaram a seu maior nível da história em 2010. Podemos ver que em 2014, a diferença entre produção e consumo não diminuiu, diferente do que se pôde ver nos outros países, mas tendo sua menor diferença em 2014, com 1872 mil barris/dia. Com isso e com a baixa nas exportações, as reservas cresceram em 500% no período analisado, causando um enorme problema para o país (BP 2015).

Gráfico 12 - Evolução PIB da Venezuela em (Milhões de U\$) (escala da esquerda) e Variação do Preço Internacional do Barril de Petróleo em U\$ (escala da direita) - (1965-2014)

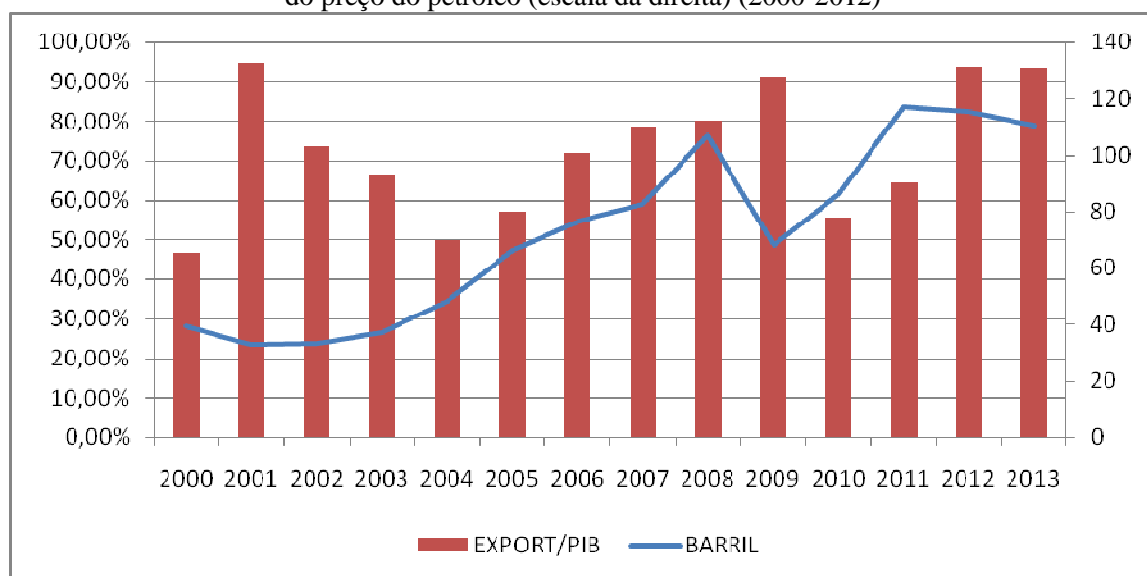


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IMF e *BP Statistical Review of World Energy* 2015.

No gráfico 12 são exibidos os valores do PIB nominal da Venezuela e o preço do barril do petróleo ao longo de 53 anos. O gráfico nos mostra que as variações do preço do petróleo afetaram a economia venezuelana. Nos dois choques do petróleo pode-se dizer que a Venezuela não colheu frutos tão positivos: na década de 1970 o preço do petróleo subiu 9172% e a economia venezuelana apenas 416%. Esse coeficiente de variação modifica-se bastante entre

2009 e 2013: houve um crescimento positivo do PIB de 113%, reflexo do aumento do preço internacional do petróleo no mesmo período, o crescimento foi de 162% (WORLDBANK, 2015).

Gráfico 13 - Participação do Petróleo na pauta exportadora da Venezuela (escala da esquerda) e variação do preço do petróleo (escala da direita) (2000-2012)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da ANP e da SECEX, 2016.

O gráfico 13 apresenta a participação das exportações do petróleo na pauta exportadora venezuelana. No período analisado, as exportações que correspondiam a 46% em 2000 passaram a representar 93% do total das exportações em 2013, mostrando o quão dependente o país é desse recurso natural. Outro fator importante de ressaltar é que o país teve um impacto cíclico – ou seja, o preço do barril de petróleo subiu e o PIB acompanhou – em relação à variação do preço do barril de petróleo, fato preocupante por conta da dependência de um fator que o país não consegue afetar (COMTRADE, 2015; WORLDBANK, 2014).

A Venezuela, dentre os países analisados, demonstra ser o principal dependente de recursos natural. A participação das exportações chega a quase 95% da pauta exportadora de produtos, sendo que ao longo dos últimos anos a reserva de petróleo cresceu rapidamente por conta da alta produção nesse setor.

4. OURO NEGRO: OPORTUNIDADE OU BARREIRA AO DESENVOLVIMENTO

Neste capítulo, tentará se responder a pergunta se há maldição do petróleo nos países estudados da América Latina. Será analisado os argumentos da teoria da maldição do petróleo sobre diferentes autores. Será feito uma análise dos argumentos elencados no primeiro subcapítulo, sendo três econômicos e um político-institucional, através de gráficos e tabelas, com intuito de ilustrar como os três países estudados estão ou não com os argumentos citados em sua economia.

4.1 A MALDIÇÃO DO PETRÓLEO E SUAS PRINCIPAIS CONSEQUENCIAS

Historicamente, pode-se analisar que as economias pobres em recursos naturais vêm tendo um desenvolvimento econômico melhor que as economias ricas em recursos. Uma das evidências que encontramos no estudo de Sachs e Werner (1997), é que as economias pobres sem recursos foram superadas muitas vezes por economias ricas em recursos em relação ao crescimento econômico anual entre 1970 e 1990 e em relação às exportações baseadas em recursos naturais, medidos em percentagem do PIB (SACHS;WERNER, 1997).

Os autores analisam as exportações baseadas em recursos naturais como a agricultura, minerais e combustíveis. Em média, os países que iniciaram o período com um alto valor agregado das exportações de recursos naturais em relação ao PIB tenderam a experimentar um crescimento mais lento durante os vinte anos seguintes (SACHS AND WERNER, 1997). Segundo Ross (2010, p. 252):

Mesmo quando a riqueza do petróleo não é prejudicial, muitos produtores de petróleo parecem sofrer de uma forma mais branda da maldição dos recursos: eles não estão tão bem quanto deveriam, dada sua riqueza geológica. Se os países produtores de petróleo cresceram no mesmo ritmo dos não produtores, significa que eles não obtiveram vantagens dos seus ativos no subsolo. Isso implica que algo deu errado: a teoria econômica básica nos diz que países com mais capital e, portanto, com mais dinheiro para investir em infraestrutura para sua população devem crescer mais rapidamente.

Essas receitas de petróleo poderiam ter rendido alto crescimento econômico por conta do investimento feito na economia, pois se enquadram num perfil capital intensivo. A grande dúvida

que fica é “por que a taxa de crescimento dos países produtores de petróleo ficou dentro da média, quando deveriam ter ficado acima?” (ROSS, 2010, p.).

Sachs e Warner (1997) escreveram o artigo que deu origem à teoria da maldição do petróleo e expuseram uma série de explicações para tal fenômeno, desde características sociais e institucionais até questões políticas e econômicas. Alguns trabalhos foram desenvolvidos no século XXI e ajudam a entender a teoria de Sachs e Werner (1997). Em 2010, por exemplo, Ross escreveu um livro chamado “A Maldição do Petróleo” e organizou seus argumentos em uma linha semelhante ao trabalho de Sachs e Werner (1997).

A ideia neste capítulo é entender os pontos convergentes e divergentes entre o que Ross e outros autores usam para tentar expor o problema do crescimento econômico, contrapondo a argumentos clássicos da teoria da Maldição do Petróleo, para que, na próxima subseção, seja analisado os dados dos países tratados no terceiro capítulo.

1. Crescimento substancial de recursos naturais promove desindustrialização (doença holandesa).

Segundo Sachs e Werner (1997), uma alta demanda por recursos naturais significa demanda por bens não comerciáveis e, conseqüentemente, afeta a alocação de mão de obra e capital para o setor industrial. Com isso, quando uma economia tem a experiência de um *boom* de recursos (tanto uma melhoria dos termos de comércio ou uma descoberta de recursos), o setor manufatureiro tende a encolher e o setor de bens não comercializáveis tende a se expandir.

A questão sobre os efeitos no crescimento a longo prazo da produção de recursos naturais ou abundância dos mesmos foi estudada para se entender se a produção de recursos naturais promove desindustrialização, ou seja, doença holandesa. Modelos de doenças holandesa demonstram que a existência de grandes setores dos recursos naturais, ou *booms* nesses setores de recursos naturais, irão afetar a distribuição do emprego em toda a economia, principalmente puxados por efeitos de riqueza de recursos dentro e fora dos setores não transacionáveis (SACHS; WERNER, 1997).

Ainda que a contração do setor manufatureiro seja tratado como um problema e denominado “doença”, para os neoclássicos não há nada prejudicial sobre o declínio na fabricação se as condições de concorrência prevalecerem na economia. A doença holandesa pode ser prejudicial e causadora do crescimento lento, porém tem de ser analisado se as fontes de

crescimento na indústria transformadora, tais como as "ligações para trás e para a frente" e o *learning-by-doing*, são afetadas por externalidades da produção (SACHS;WERNER, 1997).

Segundo Maciel (2015), essa abordagem, supondo uma economia com setores transacionáveis e não-transacionáveis, o crescimento no setor de recursos naturais modifica a alocação de fatores de produção, por conta dos novos preços relativos da economia. O resultado da dinâmica de realocação dos fatores é uma redução dos preços nos setores transacionáveis e um aumento do preço nos setores não transacionáveis, o que gera uma tendência de apreciação real da taxa de câmbio. Segundo Maciel (2015, p. 26):

Com efeito, retrai-se a participação dos setores *tradeables* (especialmente o setor industrial) no produto nacional e erguem-se barreiras estruturais para as exportações de outros tipos de bens e serviços fora dos setores de recursos naturais em expansão. Em conjunto, essa dinâmica lega uma estrutura produtiva com menor potencial de crescimento econômico no longo prazo.

No modelo elaborado por Corden e Neary (1982), a consequência de desindustrialização puxado por um crescimento de recursos naturais advém do resultado de dois efeitos distintos: (I) o efeito deslocamento, ou seja, efeitos diretos do crescimento de recursos naturais sobre o deslocamento de fatores comuns dos outros setores da economia para o setor em que o crescimento ocorreu; (II) e o efeito renda, que expressa as consequências do *boom* sobre o tamanho e composição da demanda.(MACIEL, 2015)

A Doença Holandesa é um efeito intersetorial causado por um alto crescimento no setor de recursos naturais em uma economia aberta e em pleno emprego. Portanto, para se manter a economia eficiente, há uma alteração da estrutura produtiva frente as alterações nas dotações do país. É por isso que fica inviável deduzir desse mecanismo de ajuste que essa desindustrialização leve a um crescimento econômico mais lento, a não ser uma pressão para a intervenção governamental que acabe gerando problemas na economia. Ainda em Maciel (2015, p. 28):

Para que o mecanismo de Doença Holandesa possa ser considerado um problema para o crescimento econômico é necessário supor a exclusividade da indústria como centro gerador de desenvolvimento tecnológico e de inovação, bem como seu maior escopo para ganhos de produtividade, em comparação aos demais setores, particularmente o de recursos naturais.

2. O investimento em inovação e em outros setores é deixado de lado.

Economias baseadas em recursos naturais acabam sendo mais propensas a choques dos preços mundiais das *commodities*, pois a abundância de recursos gera uma alta renda por conta da taxaço sobre essas atividades e, por consequência, torna a economia acomodada, já que os governantes não dependem da atividade econômica de outros setores para garantir a sobrevivência do Estado, por conta da fácil taxaço dos lucros de recursos naturais. Essa estrutura deixa pouco espaço para modelos de crescimento alternativos e, por outro lado, acaba gerando gastos extraordinários, sem compensar a escassez futura dos recursos com uma diversificação econômica (SACHS;WERNER, 1997).

A sociedade torna-se sujeita aos impedimentos impostos pelos grupos controladores do setor de exploração de recursos naturais e sofre com a falta de inovaçoes na economia, com isso, esses grupos se tornam poderosos ao passo que podem obter as receitas do governo a partir de recursos naturais facilmente tributadas. Dessa forma, a inovaço tende a ser impedida nas sociedades com recursos naturais abundantes. Outra consequência que a abundância de recursos naturais pode trazer consigo é um aumento da corrupção e ineficiência burocrática, dado que altas rendas tendem a tirar o foco dos governos de investir na capacidade de produzir crescimento econômico via bens públicos, tais como infra-estrutura e tecnologia (SACHS;WERNER, 1995).

A competição no setor industrial acaba ficando sujeita exclusivamente aos processos de *learning by doing*, tendo choques temporários que causam efeitos irreversíveis sobre a estrutura produtiva da economia (KRUGMAN, 1987). De acordo com Maciel (2015, p. 74):

Isto significa que o deslocamento de fatores de produção não apenas rebaixa a produção industrial durante o choque, mas o faz de forma permanente. O corolário dessa premissa é que mesmo quando o estoque de recursos naturais se esgotar, a participação setorial prévia da produção industrial não poderá ser reestabelecida.

Portanto pode-se inferir que um setor de recursos naturais altamente influente na economia poderá levar o governo a expulsar a fonte de inovaço e ganhos de produtividade, causando um efeito negativo de forma permanente (MACIEL, 2015).

3. Afeta os gastos do governo, tornando-os não planejado e ineficientes.

Os governos que controlam os rendimentos dos recursos naturais, tendem a perder essas rendas através dos gastos excessivos ou ineficientes. Pode-se notar na história que as previsões

dos preços das *commodities* nas décadas de 1980 e 1970 acabaram sendo otimista demais, por conta dessa apropriabilidade das receitas por parte dos governos e isso incentivou grandes investimentos públicos em projetos que eram ineficientes quando as previsões de preços se mostraram erradas (SACHS;WERNER, 1997).

Contudo, nesse cenário de investimentos ineficientes e com as rendas sendo consumidas, a trajetória do PIB em economias baseadas no setor de exploração de recursos naturais tende a ser menor do que teria sido na mesma situação que em economias com políticas ótimas. Mas isso não quer dizer que, necessariamente, essas economias acabam crescendo menos que as economias com poucos recursos naturais. Sendo assim, é provável que haja outro fator interferindo nessas decisões negativas do que políticas de desperdício (SACHS;WERNER, 1997).

Ross (2011) questiona o fato de que economias com mais petróleo sofrem interferência na qualidade de suas instituições de uma forma objetiva, pois diversos estudos acabaram demonstrando o contrário. A questão principal é que a qualidade institucional é comparada implicitamente entre países produtores de petróleo recém-enriquecidos a países de média a alta renda, cujas instituições se desenvolveram ao longo de muitos anos, e esse ponto é fortemente combatido por Ross (2011, p.264):

Isso faz com que os países produtores de petróleo “novos ricos” pareçam institucionalmente fracos. Rendas mais elevadas tendem a tornar os governos mais eficazes e governos mais eficazes tendem a tornar seus países mais ricos. O problema provavelmente não é o fato de os países produtores de petróleo terem instituições excepcionalmente fracas e precisarem de instituições normais; talvez já as tenham, mas precisem que elas sejam excepcionalmente fortes.

As Teorias Rentistas partem do princípio de que recursos naturais afetam as decisões institucionais, trazendo consequências para o crescimento econômico. Segundo Maciel (2015, p.143):

Uma linha de argumentação é que os recursos naturais deterioram as qualidades institucionais, levando à corrupção, conflitos internos e, em caso extremo, guerras civis. Outra linha de argumentação assevera que países com “boas” instituições podem desestimular o comportamento rentista, de modo a evitar a maldição ou obter vantagens de seus recursos naturais pois o incremento das rendas gera dois efeitos distintos.

4. Receitas de recursos naturais são mais voláteis e isso que afeta a economia.

Os recursos naturais por si só não são um problema. O problema principal é que eles tendem a ter preços mundiais mais voláteis do que outros preços e a volatilidade se torna o grande problema. Isso resulta em uma incerteza ex-ante para os países produtores de produtos primários e também afeta outros setores da economia com recursos abundantes. É sabido que uma maior incerteza pode reduzir a acumulação de fatores por conta de um maior risco, porque aumenta o valor da opção de esperar, embora a magnitude desses efeitos da volatilidade não seja conhecido com muita precisão (SACHS;WERNER, 1997).

O principal obstáculo para um crescimento mais rápido são as políticas inadequadas do governo – em particular porque não conseguem compensar a volatilidade das receitas do petróleo. Essa volatilidade causa um efeito negativo no crescimento econômico por conta da incerteza sobre o futuro, o que, por sua vez, desencoraja investimentos do setor privado. A volatilidade afeta mais os países de baixa renda do que os de alta renda, principalmente porque seus mercados financeiros são menos sofisticados e, portanto, menos capazes de ajudar os investidores a se proteger contra os riscos (ROSS, 2011). Segundo Ross (2011, p. 260):

No entanto, a volatilidade econômica, por si só, não pode ser responsabilizada pelo crescimento lento: a volatilidade nos países produtores de petróleo é impulsionada pelas flutuações nas receitas de recursos dos governos, e os governos tem a capacidade para suavizar essas flutuações. Praticamente todos os governos de países ricos em petróleo reconhecem a importância das políticas fiscais anticíclicas, mas eles raramente têm sucesso na sua implementação.

A partir da década de 1990, alguns países produtores de petróleo criaram fundos especiais para ajudá-los a gerir suas receitas de recursos e usá-los de forma contracíclica para compensar o esgotamento futuro ou de ambos. Recentemente, pode-se notar que esses fundos têm sido surpreendentemente ineficazes. Os governos acabam não seguindo sua própria legislação sobre a movimentação dos recursos no fundo e outros elaboram lacunas que prejudicam a eficácia dos fundos (ROSS, 2011).

4.2 A AMÉRICA LATINA E A MALDIÇÃO DO PETRÓLEO

1. Problema.

Receitas do petróleo deveriam fazer com que o crescimento econômico fosse mais rápido que de economias sem esses recursos naturais. O principal problema é “por que as taxa de crescimento dos países produtores de petróleo ficaram dentro da média, quando deveriam ter ficado acima?” (ROSS, 2010).

Na tabela 2 podemos ver que no primeiro período analisado de 1970 a 1989, apenas a Venezuela e América Latina não cresceram acima da média mundial. No período pós 1990 podemos ver que os três países e, inclusive, a América Latina cresceram acima da média Mundial.

Tabela 2 - Taxa de crescimento do PIB - (1970 – 2012)

País	1970 - 1989 (1)		1990 - 2012 (2)	
	% PERÍODO (1)	DIF. MUNDO PERÍODO (1)	% PERÍODO (2)	DIF. MUNDO PERÍODO (2)
Brasil	223,58%	48,79%	191,84%	86,96%
México	184,75%	9,96%	156,90%	52,02%
Venezuela	104,84%	-69,95%	214,22%	109,34%
América Latina	151,84%	-22,95%	164,34%	59,46%
Mundo	174,79%	0,00%	104,88%	0,00%

Fonte: Elaboração própria, 2016. Baseado nos dados FMI, 2016.

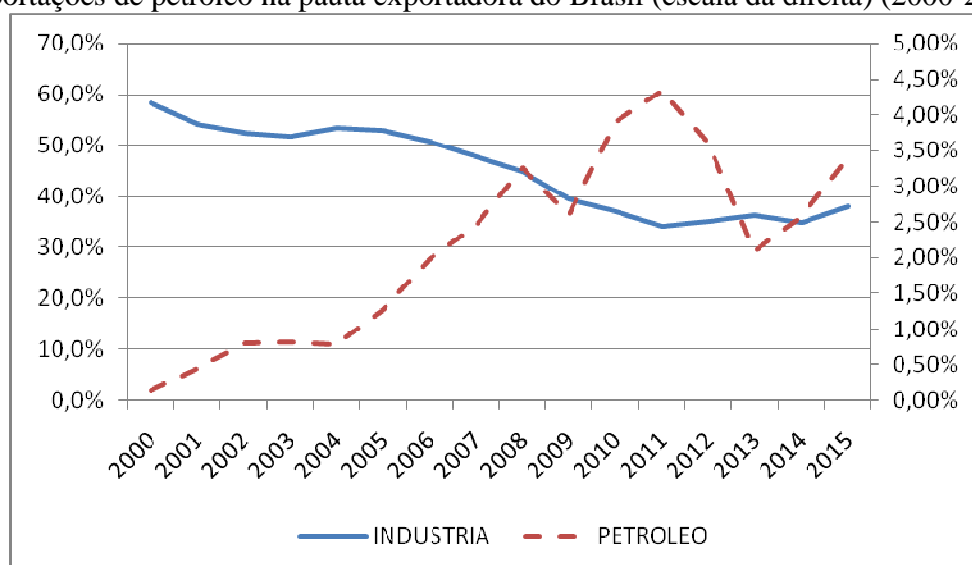
Na sequência serão analisados os argumentos que Colden e Neary (1982), Maciel (2015), Sachs e Werner (1995) e Ross (2011) usam para explicar porque que países com mais recursos naturais não crescem muito acima dos países pouco ricos em recursos naturais.

2. O crescimento de recursos naturais e a desindustrialização.

De acordo com Sachs e Werner (1997), o aumento da demanda por recursos naturais, significa demanda por bens não comerciáveis. Com isso, quando uma economia tem um alto crescimento de recursos, o setor industrial tende a encolher e o setor de recursos naturais tende a se expandir. Segundo Corden e Neary (1982), a consequência de desindustrialização puxada por um crescimento de recursos naturais advém do resultado do efeito deslocamento, ou seja, efeitos diretos do crescimento de recursos naturais sobre o deslocamento de fatores comuns dos outros setores da economia para o setor em que o crescimento ocorreu. Os gráficos a seguir mostram a

relação entre as exportações de produtos industrializados e exportações de petróleo no Brasil, México e Venezuela.

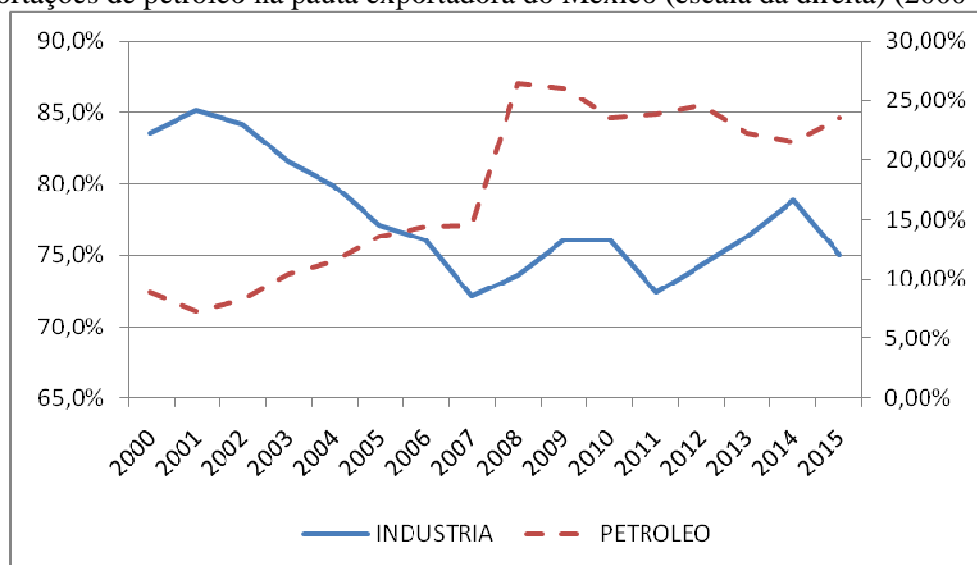
Gráfico 14 - Participação de produtos industrializados (escala da esquerda) e participação das exportações de petróleo na pauta exportadora do Brasil (escala da direita) (2000-2015)



Fonte: Elaboração Própria 2016, com base nos dados do Banco Mundial (2016) e do BP (2016).

O Brasil teve uma queda da participação da exportação de produtos industrializados de 58,4% em 2000 para 38,1% em 2015 e teve um aumento da participação nas exportação de petróleo significativa, mas que nas exportações totais não representam tanto, em 2000 era 0,15% e em 2015 por volta de 3,40%. Conforme discutido no capítulo 3, descobertas do pré-sal nos mares brasileiros abriram novas perspectivas para a Indústria Brasileira do Petróleo, transformando o Brasil em um dos maiores produtores mundiais de petróleo e também um dos maiores exportadores.

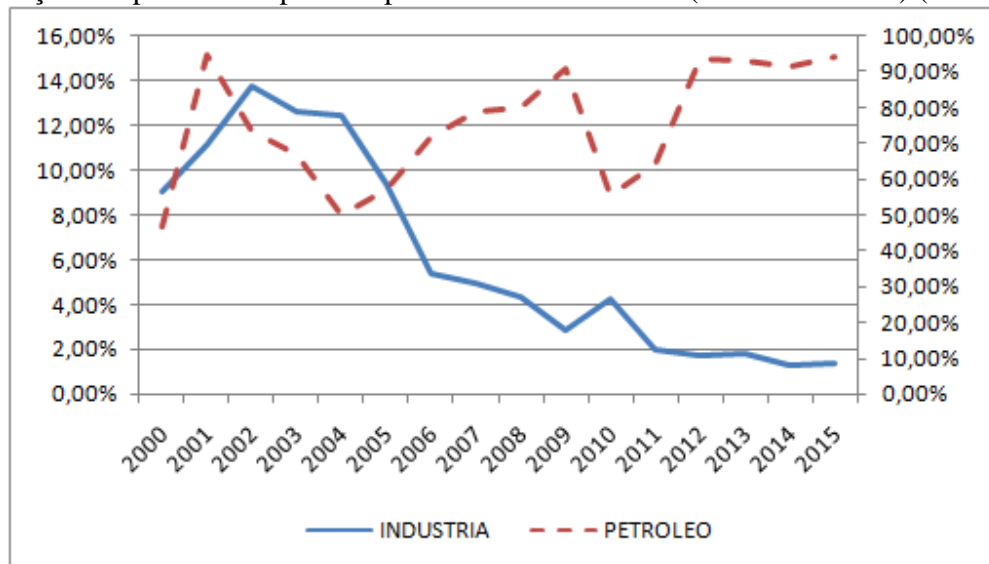
Gráfico 15 - Participação de produtos industrializados (escala da esquerda) e participação das exportações de petróleo na pauta exportadora do México (escala da direita) (2000-2015)



Fonte: Elaboração Própria, com base nos dados do Banco Mundial (2016) e do BP (2016).

A indústria do petróleo se tornou uma das fontes de energia mais importantes para o país e para o mercado internacional, desempenhando um papel essencial não só na sua economia, mas também na sociedade e nas relações internacionais. As exportações mexicanas de petróleo ainda são muito expressivas, sendo puxadas, principalmente, pelo maior consumidor de petróleo do mundo: os EUA. Notou-se no período que as exportações de indústria caíram de 85% para 75% no período, enquanto a participação das exportações de petróleo triplicou no mesmo período em análise.

Gráfico 16 - Participação de produtos industrializados (escala da esquerda) e participação das exportações de petróleo na pauta exportadora da Venezuela (escala da direita) (2000-2015)



Fonte: Elaboração Própria, com base nos dados do Banco Mundial (2016) e do BP (2016)

A Venezuela apresentou a maior queda da participação da indústria, saindo de 60% em 2000, para menos de 10% em 2015 e apresentou a maior alta na participação das exportações de petróleo, de 50% em 2000, para 95% em 2015. Conforme demonstrado no capítulo 3, a indústria petroleira é fundamental para a economia venezuelana, sendo responsável pela maioria do total da pauta de exportações e por uma grande fatia das receitas governamentais. O governo venezuelano, com o objetivo de aumentar o crescimento econômico no país, passou a focar na exportação do petróleo, criando um problema de desenvolvimento para o estado.

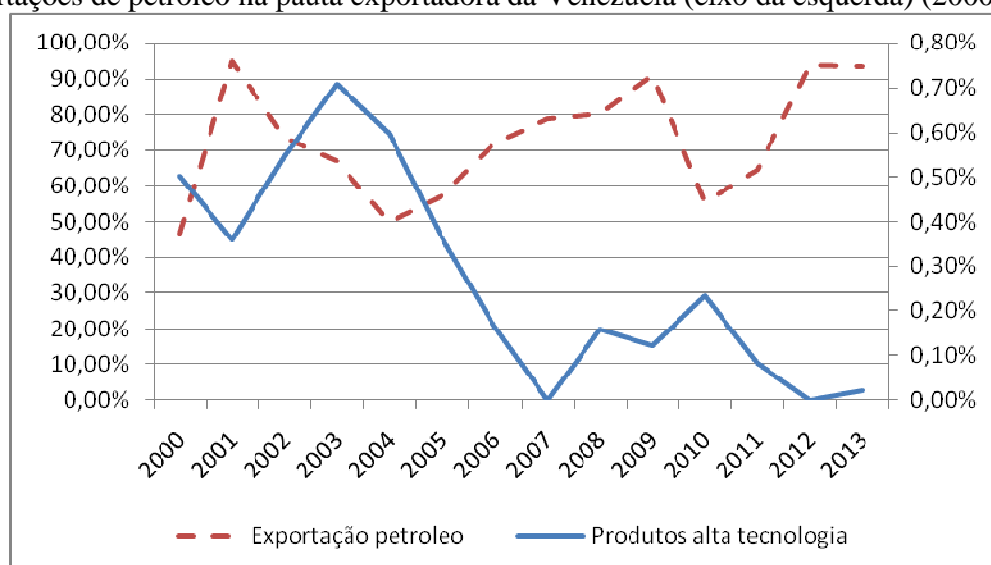
De acordo com os três gráficos, pode-se inferir que a participação da indústria vem caindo ao longo dos últimos quinze anos, e a participação da exportação de petróleo aumentado. Conforme visto no capítulo 2, são as instituições, em suas diferentes dimensões, as responsáveis pelo controle, pela alocação e pela organização das atividades econômicas.

3. O investimento em inovação e em outros setores é deixado de lado por conta da fácil taxaço dos lucros de recursos naturais.

A sociedade acaba ficando sujeita aos impedimentos impostos pelos grupos controladores do setor de exploração de recursos naturais e sofrem com a falta de inovações na economia. Esses grupos se tornam poderosos ao passo que podem obter as receitas do governo a partir de recursos naturais facilmente tributadas. Com isso, a inovação tende a ser impedida nas sociedades com

recursos naturais abundantes. Os gráficos a seguir mostram a participação dos produtos de alta tecnologia na pauta exportadora de Brasil, México e Venezuela, frente às exportações de petróleo.

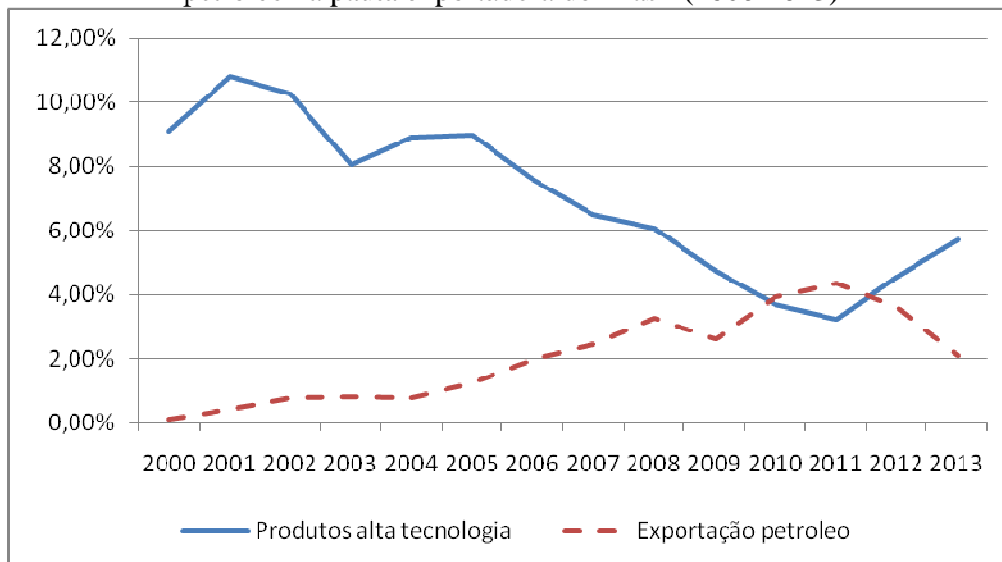
Gráfico 17- Participação de produtos com alta tecnologia (eixo da direita) e participação das exportações de petróleo na pauta exportadora da Venezuela (eixo da esquerda) (2000-2013)



Fonte: Elaboração Própria, com base nos dados da CEPAL (2016) e do BP (2016)

Ao mesmo tempo em que a Venezuela concentra sua economia na exportação de petróleo, a maioria dos outros produtos passaram a ter que ser importados, tendo como principal parceiro econômico os Estados Unidos. A Venezuela, novamente, apresentou a menor participação de produtos de alta tecnologia, saindo de 0,5% em 2000, para 0,02% em 2015 na pauta exportadora.

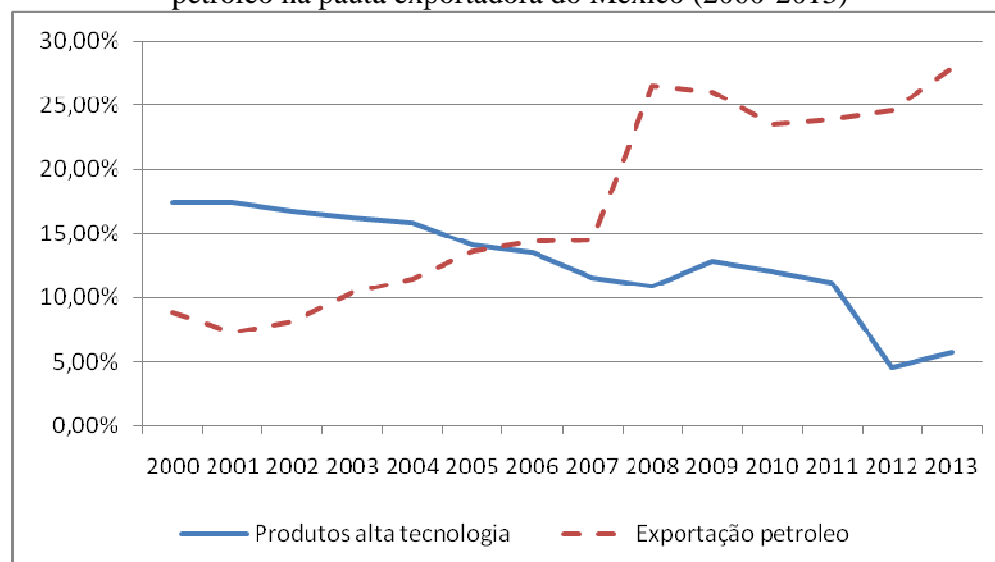
Gráfico 18 - Participação de produtos com alta tecnologia e participação das exportações de petróleo na pauta exportadora do Brasil (2000-2013)



Fonte: Elaboração Própria, com base nos dados da CEPAL (2016) e do BP (2016)

Após a década de 70, o Brasil era altamente dependente do petróleo, sendo o principal produto da sua matriz energética. A proposta do PND era a redução da dependência do petróleo do oriente médio, através do investimento em P&D, exploração e refinamento de petróleo dentro do Brasil, e descoberta de novas fontes de energia, como o álcool. O Brasil teve a menor queda na exportação de produtos de alta tecnologia, saindo de 9,11% em 2000 para 3,5% em 2015.

Gráfico 19 - Participação de produtos com alta tecnologia e participação das exportações de petróleo na pauta exportadora do México (2000-2013)



Fonte: Elaboração Própria, com base nos dados da CEPAL (2016) e do BP (2016)

Nas últimas décadas, a PEMEX continuou aumentando sua produção, o problema é que a relação entre o estado mexicano e a PEMEX é muito próxima, sendo até o orçamento anual da empresa dependente de aprovação do congresso mexicano. Isso cria um entrave para empresa investir em P&D de forma independente, pois necessita do Estado para dispor dos recursos a serem investidos. O México sofreu uma queda de 12 p.p. no período analisado.

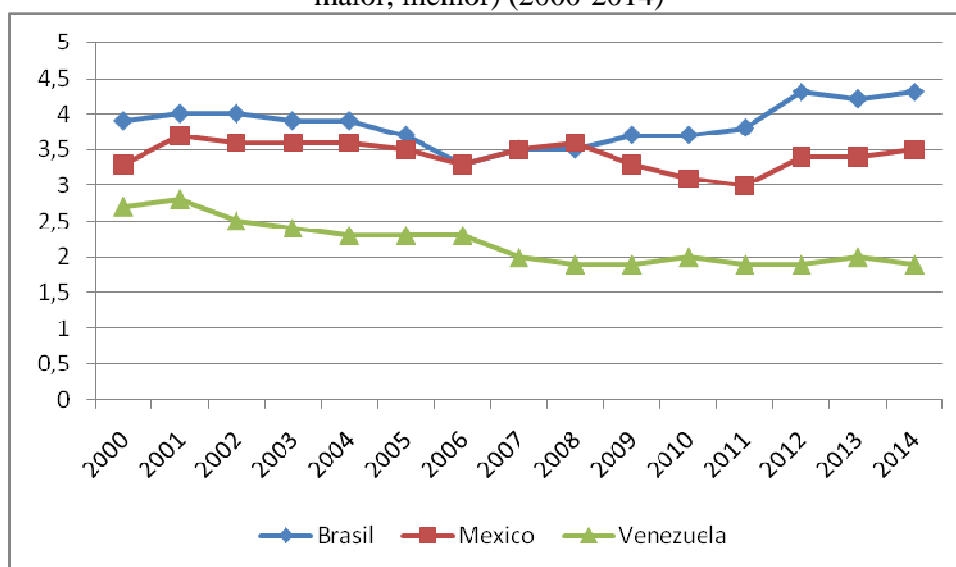
De acordo com os três gráficos pode-se inferir que a participação na pauta exportadora de bens que demandam alta tecnologia vem caindo ao longo dos últimos quinze anos, e a participação da exportação de petróleo aumentado. Conforme analisado no capítulo 2, o institucionalismo tem importância na teoria econômica, ao passo que trajetórias históricas e institucionais diferentes desenvolvem, nos diversos espaços, os sistemas de inovação, que distinguem as trajetórias tecnológicas. Nesse contexto, é importante mencionar que são as estratégias, quer em nível empresarial, quer governamental, que, ao exercem influência decisiva sobre as inovações.

4. Afeta os gastos do governo, tornando-os não planejados e ineficientes.

Gastos ineficientes afetam o crescimento do PIB em economias baseadas no setor de exploração de recursos naturais, pois essa economia tende a ser menor do que teria sido na mesma situação que em economias com políticas ótimas. Isso é possível porque há outro fator

interferindo nessas decisões negativas, além de políticas de desperdício. O gráfico abaixo ilustra a evolução de um índice de corrupção criado pelo *Transparency International – the global against corruption*. Com base na opinião de especialistas, o Índice de Percepção da Corrupção mede os níveis percebidos de corrupção no sector público em todo o mundo.

Gráfico 20- Evolução do índice de corrupção na Venezuela, no México e no Brasil (quanto maior, melhor) (2000-2014)



Fonte: Elaboração Própria, com base nos dados do *Transparency International*, 2016.

O país no mundo que possui melhor índice é a Dinamarca que apresenta uma nota de 9,1, e o país que apresenta o pior índice é a Somália 0,8. Brasil e México se mantiveram estáveis nesse nível de corrupção durante o período analisado, sendo que o Brasil partiu de 3,8 em 2000 e acabou em 2015 com 4,7, já o México partiu de 3,3 em 2000 e acabou 2014 com 3,6. Já a Venezuela teve uma deterioração desse índice nos últimos anos sendo de 2,9 em 2000 e chegando a 1,9 em 2014. O que preocupa são as posições dos países no ranking geral, o Brasil está em 78º, o México em 95º e a Venezuela em 158º em um total de 167 países avaliados.

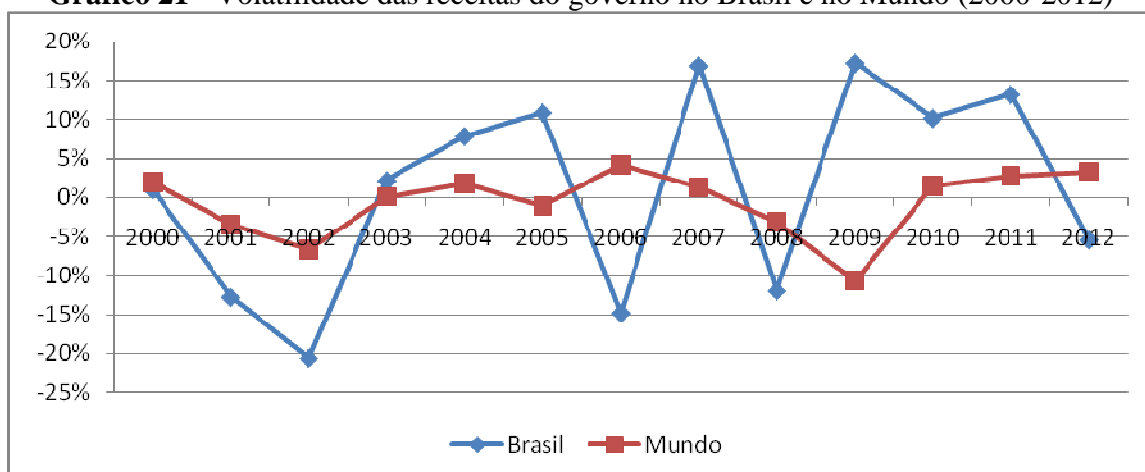
Como pode-se ver com o estudo da NEI, o custo de transação advém da ideia de as empresas funcionarem num ambiente de incerteza, com o objetivo de manter certa estabilidade na economia, a NEI cria diversos contratos que objetivam aumentar a transparência e a garantia nas transações econômicas e, com isso, diminuir a incerteza. O problema é que os custos advindos por esses contratos (custos de transação) são embutidos nos custos de produção, com expressivo efeito nos preços da economia. Por tanto, quanto menos transparente for um país e, mais corrupto

ele for, maior serão os custos de transações e, pior vai ser para a economia do país a atividade econômica em questão.

5. Receitas de recursos naturais são mais voláteis e é isso que afeta a economia.

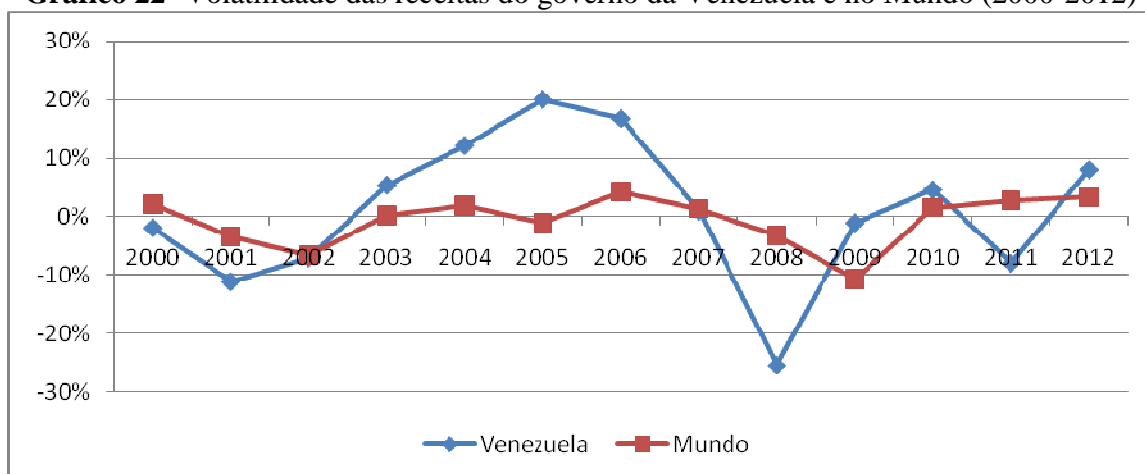
No curto prazo, uma má gestão da volatilidade das receitas advindas dos recursos naturais concomitantemente a uma dependência de *commodities*, tende a desacelerar o crescimento a longo prazo. Pode-se analisar a volatilidade nos países produtores de petróleo através de suas flutuações nas receitas dos governos. O gráfico abaixo mostra a variação das receitas dos governos do Brasil, México e Venezuela, frente as receitas do Mundo.

Gráfico 21 - Volatilidade das receitas do governo no Brasil e no Mundo (2000-2012)

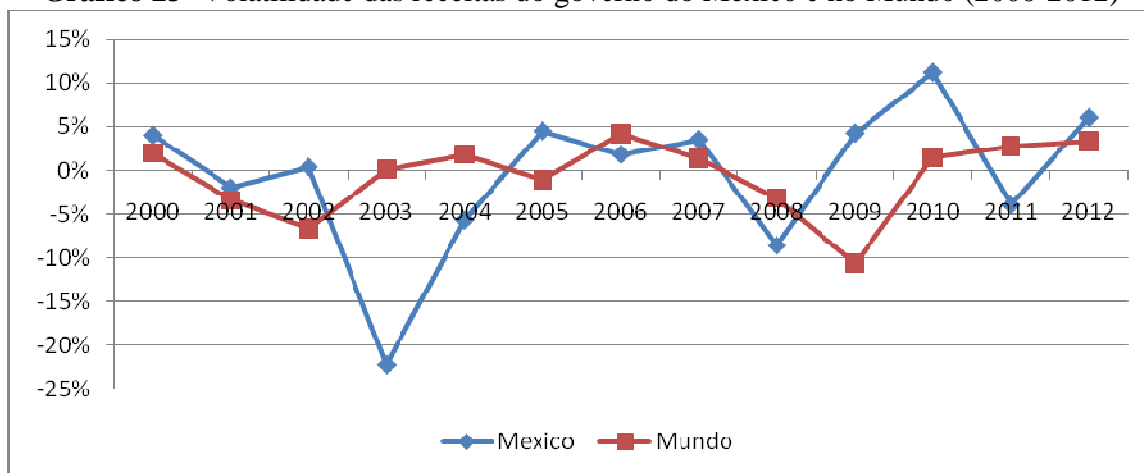


Fonte: Elaboração Própria, 2016. Baseados nos dados do Banco Mundial (2016) e da CEPAL (2016).

Gráfico 22- Volatilidade das receitas do governo da Venezuela e no Mundo (2000-2012)



Fonte: Elaboração Própria, com base nos dados do Banco Mundial (2016) e da CEPAL (2016).

Gráfico 23- Volatilidade das receitas do governo do México e no Mundo (2000-2012)

Fonte: Elaboração Própria, com base nos dados do Banco Mundial (2016) e da CEPAL (2016).

Nos gráficos analisados pode-se notar que Brasil e Venezuela tiveram volatilidade maior do que das outras economias em nível mundial. O Brasil chegou a ter queda de 20% em suas receitas e maior alta de 15% e a Venezuela chegou a ter uma alta de 25% e uma queda de quase 20%. O México foi o que menos teve flutuação das receitas diferentes da conjuntura mundial, mas ainda assim chegou a ter queda de 20% nas receitas, mas apenas uma alta de 10%.

Esses fatores acabam resultando em uma volatilidade na demanda agregada e no produto no curto prazo, bem como nas riquezas da nação, gerando uma recessão do crescimento a longo prazo. Com isso, podemos concluir que os governos acabam gastando muito recursos e não poupam o suficiente da renda de *commodities* ou não atenuam a transmissão da volatilidade inerente às *commodities* para a economia interna.

6. Avaliação dos resultados.

Depois de serem analisados os dados do problema e do argumento, será feito um quadro resumindo que argumentos a favor da maldição do petróleo evidenciam que os países sofrem desse problema. A análise do trabalho se deu em 3 aspectos econômicos: (I) Crescimento substancial de recursos naturais promove desindustrialização; (II) O investimento em inovação e em outros setores é deixado de lado por conta da fácil taxaço dos lucros de recursos naturais; (III) Receitas de recursos naturais são mais voláteis e isso afeta a economia. E um aspecto político-institucional: (IV) Pode afetar os gastos do governo, tornando-os não planejados, ineficientes e pode gerar corrupção.

Tabela 3 - Evidências dos argumentos e do problema nos países analisados

ARGUMENTOS	PONTO	BRASIL	MÉXICO	VENEZUELA
Crescimento mais lento que a média	1	Não	Não	Sim
Desindustrialização por doença holandesa	2	Sim	Sim	Sim
O investimento em inovação é deixado de lado	3	Não	Sim	Sim
Afeta eficiência dos gastos e gera corrupção	4	Sim	Sim	Sim
Receitas são mais voláteis	5	Sim	Não	Sim

Fonte: Elaboração própria, 2016.

Pode-se notar que a Venezuela apresenta todos os pontos abordados na subseção anterior, mas que Brasil e México não apresentaram o problema de crescimento. O Brasil também não parece apresentar problema na questão de investimentos em inovação e o México consegue que suas receitas fiquem menos voláteis do que os outros países analisados.

A volatilidade tem sido o principal problema para os países em análise, a despeito de que as instituições desses países não têm conseguido desenvolver políticas de gestão das receitas petrolíferas a fim de modificar a dinâmica econômica. A política desenvolvida pelos governos deveria ser anticíclica, com objetivo de mitigar as volatilidades e os ciclos do mercado internacional do petróleo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dependência da América Latina em relação ao petróleo demonstra as particularidades e as fragilidades de suas instituições. A posição geopolítica histórica mantém as instituições paradas no tempo, implicando em instituições estáticas e ineficientes. Países com recursos naturais abundantes podem vir a sofrer a maldição dos recursos, quando as receitas advindas dessa atividade são administradas de forma ineficiente por conta de instituições fracas. Para os institucionalistas, a análise da trajetória deve reconhecer o caráter diferenciado do processo de desenvolvimento econômico e pressupor que o ambiente econômico envolve disputas, antagonismos, conflitos e incertezas.

As instituições são o elo entre os recursos naturais e o desenvolvimento econômico, sendo assim, os países da AL acabam encontrando dificuldade em se desenvolver. Por sua vez, a dependência que a AL criou em relação ao petróleo acabou por moldar as instituições e sua aparente falta de qualidade. Conforme explicitado na revisão de literatura, as teorias institucionalistas evidenciam os limites do desenvolvimento liderado pelos recursos naturais. Constatou-se que a própria noção de instituição, por conta do aparato histórico e estruturais que lhe são particulares, torna viável trajetórias de crescimento diversas, em seus respectivos ambientes socioeconômicos. Com isso, infere-se que instituição e desenvolvimento econômico são conceitos umbilicalmente vinculados.

Durante os anos 1970, surgiram novas explicações sobre os impactos dos recursos naturais na a formação das instituições públicas, principalmente voltado para os Estados rentistas. Nos anos 1980, os argumentos se basearam no aparato econômico, principalmente, na hipótese da Doença Holandesa. Tal modelo teórico de economia política buscou demonstrar como as rendas advindas da produção de recursos naturais incentivaram os países a se tornarem rentistas e, conseqüentemente, acabam deteriorando o quadro institucional, tornando o crescimento econômico mais lento do que poderia no longo prazo. Desde o início do século XXI, países abundantes em recursos advindos do petróleo vem procurando impedir a dependência econômica através de um mecanismo de gestão de receitas: fundos soberanos de riqueza, com intuito de gerar diversificação econômica. Para que a estratégia seja exitosa, seria necessárias condições institucionais propícias que garantam o desenvolvimento sustentado de longo prazo.

O México, durante os anos 1980, sofreu fortes crises vinculadas a choques externos e a fatores internos, deixando a economia volátil frente às variações estrangeiras. A baixa dos preços do petróleo na primeira metade daquela década, conjuntamente com a elevação nas taxas de juros internacionais, foram os principais choques externos enfrentados na década perdida. Com isso, o Estado mexicano decidiu mudar seu sistema tributário, com intuito de diminuir a dependência das receitas do governo com o petróleo, propiciando uma pequena elevação na arrecadação do governo. Porém apenas isso não ajudou o governo e, por conta da forte dependência das receitas de petróleo e a incerteza sobre essas receitas, o governo acabou reduzindo investimentos em inovação e gastos sociais. Ainda que tenha sido criado um Fundo de Estabilização do Petróleo, com o objetivo de resguardar parte das receitas, na prática, não se mostrou eficiente e não gerou investimentos em P&D como se pretendia, ou seja, o dinheiro não vem sendo gasto eficientemente.

A descoberta do petróleo no Brasil e, mais recentemente, a descoberta do pré-sal, foram desde o início incentivadas pelo governo, principalmente por conta da criação da Petrobras, o setor petrolífero se desenvolveu no Brasil tão rapidamente. Ainda que em 1997 um novo marco regulatório tenha sido aprovado, os desafios continuaram existindo e, o Brasil, continuou tendo dependência externa. Como a renda gerada pela exportação de petróleo pode trazer tanto benefícios, como também malefícios. Pode-se concluir que, os possíveis resultados dessa nova fonte petrolífera e a gestão das questões relativas a ela foram sempre ligadas ao governo como agente responsável pelas mudanças e que estas receitas precisam ter algum destino melhor para que os impactos na economia sejam positivos.

A Venezuela sempre foi tradicional na produção e exportação de petróleo desde os anos 1920, mas foi no governo Chávez que o petróleo gerou não apenas crescimento econômico, mas também igualdade para o país. Baseado nisso, buscava-se gerir as receitas advinda do petróleo com intuito de redistribuição de renda, tornando as receitas uma benção e não uma maldição. O maior problema desse tipo de gestão é que os gastos governamentais podem ser ineficientes e com a falta de investimento na própria empresa nacional, PDVSA, gera baixo desenvolvimento da indústria local e diminui a chance de eliminar a dependência da *commodity*. Como o país possui forte dependência das “petroreceitas”, a queda dos preços internacionais do petróleo sempre levou o país a uma situação de dificuldades no balanço de pagamentos. Mesmo que o PIB tenha crescido e as riquezas com petróleo também, a Venezuela vem sofrendo com a escassez de

produtos de primeira necessidade e uma forte crise econômica. A “maldição” da Venezuela não é apenas vinculada ao petróleo, mas sim por ineficiência nas instituições combinados com a abundância de recursos.

Após os dois choques do petróleo em 1973 e 1979, o mercado de petróleo se tornou instável, com uma alta volatilidade nos preços que acabou afetando as trajetórias de desenvolvimento dos países analisados, forçando os governos a tomarem a dianteira da situação. Sendo assim, os países analisados optaram por incentivar o crescimento econômico através de suas receitas petrolíferas caracterizadas por alta volatilidade e incerteza. Pode-se notar a partir da análise de Brasil, México e Venezuela, comparados à América Latina e Mundo nos últimos 30 anos (via taxa de crescimento do PIB per capita) que, com exceção da Venezuela, os países produtores têm crescido mais do que a média mundial. Porém, por conta da baixa qualidade institucional dos países, o efeito positivo das receitas petrolíferas quase sempre é anulado.

Pode-se identificar padrões que permitem corroborar a hipótese da maldição dos recursos naturais, a qual se manifesta por diversos canais (I) Doença holandesa: Crescimento substancial de recursos naturais promove desindustrialização; (II) investimento em tecnologia: O investimento em inovação e em outros setores é deixado de lado por conta da fácil taxação dos lucros de recursos naturais; (III) político-institucionais: pode afetar os gastos do governo, tornando-os não planejados, ineficientes e pode gerar corrupção. (IV) econômico: receitas de recursos naturais são mais voláteis e isso que afeta a economia.

Identificou-se que a volatilidade das “petroreceitas”, atrelada a uma forte dependência econômica do petróleo e, ainda, combinada a instituições fracas, tem sido o principal causador da maldição do petróleo na AL, pois as instituições desses países acabam não conseguindo desenvolver políticas de gestão das receitas petrolíferas a fim de modificar a dinâmica econômica. Os governos não lograram incentivar o acúmulo de reservas (ou poupança) nos períodos de bonança a fim de se atenuar os efeitos deletérios dos momentos de crise, buscando antecipar e prevenir as volatilidades e os ciclos do mercado internacional do petróleo. Por isso a importância de considerar o papel institucional nas trajetórias de crescimento com base em receitas petrolíferas, pois a própria mudança institucional é afetada pelas participações das receitas petrolíferas usadas pelos governos nos países produtores. Nessa ideia, as receitas petrolíferas nos países analisados não têm trazido avanços relevantes nos indicadores de qualidade institucional, principalmente pela característica rentista dos governos.

Pôde-se concluir, portanto, que, de fato, o fundamental não é concluir pela bênção ou a maldição do petróleo, pois não é a riqueza natural de uma nação o principal fator para seu sucesso ou não. O progresso econômico não é uma função do estoque dos seus recursos naturais, mas sim o resultado da eficiência das instituições a usarem essa riqueza em potencial para gerir melhor a nação. De modo que os recursos naturais não são por si sós os culpados pela dinâmica econômica, os problemas não podem ser atribuídos somente às suas características peculiares.

A atividade econômica baseada em recursos naturais pode ser comparada a qualquer outra, pois deve ser estruturada em uma base de regras, códigos de valores, atitudes sociais e leis. A despeito disso, esses fatores não são suficientes para determinar um significado econômico para os recursos naturais. Mas o contexto institucional em que se insere a atividade deve ter expectativas e comportamentos individuais e coletivos coordenados a fim de torná-los uma oportunidade de desenvolvimento e não uma barreira.

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. **The role of institutions in growth and development.** Washington, D. C.: The World Bank, 2008. (Working Paper, n. 10).

_____. **Why Nations Fail: The Origins of Power, Prosperity and Poverty.** New York: Crown Business, 2012.

AGENCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA (EIA). **World energy outlook 2008: Global Energy Trends.** Paris, 2008.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO (ANP). Disponível em: www.anp.gov.br. Acessado em 10.10.2016

BAER, W. A economia brasileira. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1996.

BARROS, P. S. **Chávez e Petróleo: uma análise da nova política econômica venezuelana.** Cadernos PROLAM/USP, v. 2, p. 209-237, 2006.

BIRD (BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO). México-, fiscal sustainability. v. 2, Background Papers, June 13, 2001.

BRESSER PEREIRA, L. C; GALA, PAULO (2007). **Por que a poupança externa não promove o crescimento.** Revista de Economia Política 27 São Paulo: janeiro: 3-19.

BP. Statistical Review of World Energy 2014. Disponível em: <http://www.bp.com/en/global/corporate/energy-economics/statistical-review-of-world-energy.html>. Acesso em: 19 set. 2016.

BP. Statistical Review of World Energy 2015. Disponível em: <http://www.bp.com/en/global/corporate/energy-economics/statistical-review-of-world-energy.html>. Acesso em: 19 set. 2016.

BP. Statistical Review of World Energy 2016. Disponível em: <http://www.bp.com/en/global/corporate/energy-economics/statistical-review-of-world-energy.html>. Acesso em: 19 set. 2016.

CHANG, H. J.; EVANS, P. **The role of institutions in economic change: in Dymski, G.** Reimagining Growth. London, Zed Books, 2005.

COMTRADE, UN. United Nations Commodity Trade Statistics Database. Disponível em: <http://comtrade.un.org/>. Acesso em: 20 julho. 2016.

CONCEIÇÃO, O. **O conceito de instituições nas modernas abordagens institucionalistas.** Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 119-146, 2002.

_____. **Elementos para uma teorização apreciativa institucionalista do crescimento econômico:** uma comparação das abordagens de North, Matthews e Zysman. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 31., 2003, Porto Seguro. Anais... Porto Seguro: ANPEC, 2003. p. 1-20.

_____. **Além da transação: Uma comparação do pensamento dos institucionalistas com os evolucionários e pós-Keynesianos.** Revista Anpec: 2007. Disponível em <http://www.anpec.org.br/revista/vol8/vol8n3p621_642.pdf. Acesso 20 de setembro de 2016>

_____. **A dimensão institucional do processo de crescimento econômico: inovações e mudanças institucionais, rotinas e tecnologia social.** Economia & Sociedade, 17(1):85-105. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-06182008000100004>. Acesso em 25 de outubro de 2016.

Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional - II CNPEPI : (2 : Rio de Janeiro : 2007). Seminário América do Sul : América do Sul. - Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2008

CORDEN, W. Max; NEARY, J. Peter. **Booming Sector and De-industrialization in a Small Open Economy.** The Economic Journal, Vol. 92, No. 368, pp. 825-848, Dec. 1982.

CRANDALL, R. **Mexico's Domestic Economy, in Mexico's Democracy at Work: Political and Economic Dynamics.** Crandall, Paz and Roett (editors) Lynne Reiner Publishers, United States, 2004.

CYSNE E SOBREIRA. **Ajustes fiscais: experiências recentes de países selecionados,** Rubens Penha Cysne, Rogério Sobreira (coords.). — Rio de Janeiro : Editora FGV 2007.

DUNNING, T. **The political economy of the resource paradox. Cambridge, Comparative Political Studies.** New York: Cambridge University Press, 2009.

_____, **Endogenous Oil Rents.** Comparative Political Studies, Vol. 43, No. 3, New York: Cambridge University Press 2010 p. 379-410.

ENRÍQUEZ, M.A.R.S . **Economia dos Recursos Naturais.** In: Peter H.May, Maria Cecília Lustosa, Valéria Vinha. (Org.). Economia do Meio Ambiente - Teoria e Prática. 1a. ed. Rio de Janeiro: Elsevier (Editora Campus), 2003, v. 01, p. 33-60.

FONESECA, Pedro; MONTEIRO, Sérgio. **Instituições e política econômica – o II PND.** UFRGS, 2009.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **Guia para a Transparência da Receita dos Recursos Naturais (2007).** Acessado em 08/2016.

GALA, Paulo. **A teoria institucional de Douglas North.** Revista de Economia Política, vol. 23, nº 2 (90), abril-junho/2003. Acessado em: 08/2016.

GALEANO, EDUARDO. **As veias abertas da América Latina**. São Paulo, 2010.

GAVIN, M; PEROTTI, R. **Fiscal Policy in Latin America** in Bernanke, Ben and Rotemberg, Julio, NBER Macroeconomics Annual 1997, Cambridge, MA: MIT Press.

HAMMOND, J.L., The Resource Curse and Oil Revenues, *Science & Society*, Vol. 75, No.3, 2011, p.348-378.

HOBSBAWM, ERIC J. **A era das revoluções**. São Paulo, 2010.

HODGSON, G.M. **The hidden persuaders: institutions and individuals in economic theory**. *Cambridge Journal of Economics*, Oxford, v. 27, n. 2, p. 159-75, 2002.

_____. **What are institutions?** *Journal of Economic Issues*. Vol. XL No. 1. p. 1-25, 2006.

_____. **The revival of veblenian institutional economics**. *Journal of Economic Issues*, Armonk (USA), v. XLI, n. 2, p. 325-340, 2007.

IPEA. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2321:catid=28&Itemid=23. Acessado em 10 de novembro de 2016.

LANDER, Luis. **La reforma petrolera del gobierno Chávez**. *Revista Venezolana de Economía e y Ciencias Sociales*, Caracas, Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, v. 8, n 2, p. 185- 188, mayoagosto. 2002.

LEDERMAN, Daniel L; COLIN XU. **Commodity Dependence and Macroeconomic Volatility: The Structural versus the Macroeconomic Mismanagement Hypothesis**. The World Bank Development Research Group. June 14, 2009.

MACIEL, Gregório da Cruz Araújo. **Recursos naturais e desenvolvimento econômico: bênção, maldição ou oportunidade?** / Gregório da Cruz Araújo Maciel. -- 2015.

MAGALHAES, A. S.; DOMINGUES, E. P. **Benção ou maldição: impactos do pré-sal na indústria brasileira**. Rio de Janeiro: Premio CNI de economia, 2012.

MINISTÉRIO DA FAZENDA (2008). **Fundo Soberano do Brasil (FSB)**. Documentos do Ministério da Fazenda, Maio de 2008. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/portugues/documentos/2008/maio/a130508.pdf>. Acessado em 1 de outubro de 2016.

MORAIS, J. M. **Petróleo em águas profundas : uma história tecnológica da Petrobras na exploração e produção offshore**. Brasília : Ipea : Petrobras, 2013.

NORTH, D.C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NORTH, D.C. **Understanding the process of economic change**. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2005.

OPEC. Disponível em: http://www.opec.org/opec_web/en/. Acessado em 1 de setembro de 2016.

PEMEX. Disponível em: <http://www.pemex.com/Paginas/default.aspx>. Acessado em 15 de setembro de 2016.

PIRES, Adriano. **Petróleo: reforma e contrarreforma do setor petrolífero brasileiro**/Adriano Pires..[Et. Al]; Fábio Giambiagi e Luiz Prado Velozzo Lucas (org.) – Rio de Janeiro. Elsevier, 2013.

PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA, MEXICO. Disponível em: <http://presidencia.gob.mx/reformaenergetica/#!landing>. Acessado em: 10 set. 2016.

PRÉBISH, Raúl. **Estudo econômico da América Latina**. In: BIELCHOWSKY, Ricardo (org.). **Cinquenta anos de Pensamento na CEPAL**. RJ: Record, 2000.

RINALDI, Patrícia (2010). **Estados e Fundos Soberanos de Riqueza: Instrumentos de retrocesso ou avanço da globalização financeira?** Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas (IFCHUNICAMP), 2010.

ROSS, MICHAEL L. **A maldição do petróleo**. Sanskrito, 2015.

SACHS, J. D. e A. M. WARNER. **Natural Resource Abundance and Economic Growth**. NBER Working Paper No. 5398 (Cambridge, MA), 1995. 279

_____. **Natural Resource Abundance and Economic Growth**. NBER Working Paper No. 5398 (Cambridge, MA), 1997a.

_____. **Fundamental sources of long-run growth**. *American Economic Review* 87 (2), pp. 184–188; 1997b.

_____. **Sources of Slow Growth in African Economies**. *Journal of African Economies* 6 (3), pp. 335-376, 1997c.

_____. **Natural Resource Abundance and Economic Growth**. in *Leading Issues in Economic Development (Seventh Edition)*, ed. by Gerald M. Meier and James E. Rauch (New York: Oxford University Press), 2000

SIMÕES, A. **Instituições e desenvolvimento econômico: os contrastes entre as visões da Nova Economia Institucional (NEI) e dos neoinstitucionalistas**. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 33-54, jun. 2014.

TAVARES, Flávio L.; TAVARES, José F. C.; MOURA, M. R. **Fundo Soberano do Brasil; Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização (PL 3674/08)**. Câmara dos Deputados, Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira, Estudo técnico 13/08, 11 de maio de 2008. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/1883>. Acesso em: 14/08/2016.

VEBLEN, T. **The Place of Science in Modern Civilization and Other Essays**. New York: Huebsch, 1919.

WORLD BANK. **Recursos naturais na América Latina e no Caribe**. São Paulo, 2010. Disponível em: < http://siteresources.worldbank.org/INTLAC/Resources/257803-1284336216058/Recursos_Naturais-EC02-emb.pdf >. Acesso em: junho de 2016.

_____. World Development Indicators. Disponível em: <http://data.worldbank.org/datacatalog/world-developmentindicators%20%20%20World%20Development%20Indicators>. Acesso em: 25 ago. 2016.

ZYSMAN, John. **How Institutions Create Historically Rooted Trajectories of Growth**. *Industrial and Corporate Change*. v. 3, n. 1, p. 243-283, 1994.